

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	8
5.3 - Descrição - Controles Internos	10
5.4 - Programa de Integridade	13
5.5 - Alterações significativas	18
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	19

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	20
10.2 - Resultado operacional e financeiro	44
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	47
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	51
10.5 - Políticas contábeis críticas	55
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	58
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	60
10.8 - Plano de Negócios	61
10.9 - Outros fatores com influência relevante	63

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Descrição da política de gerenciamento de riscos

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

A Companhia possui política de gerenciamento de riscos formalmente aprovada, adotando, assim, práticas de gerenciamento de riscos por meio das suas áreas de gestão de riscos, controles internos, *compliance* e auditoria interna. Estão descritas nesta seção as práticas e diretrizes da Companhia para gestão de riscos, incluindo a gestão dos riscos reportados nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência.

Nos termos do Ofício Circular n.º 049/2021-PRE, emitido pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) em 13 de maio de 2021, foi concedido às companhias em processo de listagem no Novo Mercado, prazo adicional diferido para atendimento a determinadas obrigações previstas no Regulamento do Novo Mercado, incluindo a elaboração e divulgação da política gerenciamento de riscos. Em tal caso, a adequação poderá ser implementada em até 12 meses após a data de início de negociação das ações de emissão da Companhia no segmento.

Para mais informações a respeito das estruturas exigidas pelo Novo Mercado que estão sendo implementadas, vide item 4.1. deste Formulário de Referência.

A esse respeito, a administração da Companhia informa que estudou e avaliou modelos de políticas de gerenciamento de riscos, a fim de estabelecer estrutura adequada à realidade da Companhia, avaliando sua implantação como parte do processo de adequação às regras do Regulamento do Novo Mercado.

Nesse sentido, observado o prazo diferido do Ofício Circular n.º 049/2021-PRE, a Companhia informa que implementou a totalidade das estruturas exigidas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão para o processo de listagem e admissão das ações da Companhia à negociação no Novo Mercado: (a) estabelecer a estrutura, processos e principais diretrizes e papéis a serem abordadas pela política de gerenciamento de riscos pela área; (b) compartilhar com o Comitê de Auditoria da Companhia os principais termos da política; e (c) submeter ao Conselho de Administração proposta com os termos da política de gerenciamento de riscos para deliberação, conforme agenda temática a ser definida entre os membros do Conselho de Administração, no contexto pós abertura de capital. A Companhia esclarece que concluiu implementação dessas estruturas dentro dos prazos e fases previstas, conforme estimativas divulgadas no seu Formulário de Referência.

Adicionalmente, a Companhia nota que, observado o prazo diferido do Ofício Circular n.º 049/2021-PRE, adequou a sua área de auditoria interna às exigências decorrentes do Novo Mercado.

Para fins desta Seção, “Risco” significa um evento incerto que pode impactar negativamente a Companhia ou o seu setor de atuação, incluindo, mas sem se limitar a, seu ativo, patrimônio, atividades, imagem, resultados ou objetivos de curto ou longo prazo.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

As práticas de gerenciamento de riscos da Companhia têm por objetivo estabelecer as diretrizes e responsabilidades no processo de gerenciamento de Riscos da Companhia, assim entendido como um sistema, intrínseco ao planejamento estratégico de negócios da Companhia, composto de procedimentos contínuos, coordenados e estruturados, que buscam identificar, avaliar, monitorar, responder e tratar os Riscos (“Gerenciamento de Riscos”).

i. os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia está sujeita a diversos Riscos que podem impactar adversamente seus negócios, os resultados de suas operações ou sua situação financeira. Desta forma, os Riscos para os

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

quais as práticas de Gerenciamento de Riscos buscam proteção estão classificados de acordo com as seguintes categorias:

Risco Estratégico: está associado à tomada de decisão da alta administração e pode gerar perda substancial no valor econômico da Companhia.

Risco Financeiro: está associado (i) às operações financeiras/contábeis da Companhia, (ii) à possibilidade de emissão

de relatórios financeiros, gerenciais, regulatórios, fiscais, estatutários e de sustentabilidade incompletos, inadequados, inexatos ou intempestivos e expondo a Companhia a multas, penalidades e outras sanções, (iii) a uma deterioração na capacidade de pagamento de clientes, que venham a afetar significativamente a capacidade financeira da Companhia, (iv) a eventuais multas, penalidades e pagamento de indenizações incorridos pela Companhia, em virtude de contratos com terceiros, bem como o encerramento antecipado de contratos com clientes, o que pode impactar negativamente nos resultados da Companhia, (v) alteração ou extinção de incentivos fiscais regionais, setoriais e/ou incentivos dados a empresas exportadoras e (vi) à possibilidade de que os fluxos de caixa não sejam administrados efetivamente para maximizar a geração de caixa operacional, gerenciar os riscos e retornos específicos das transações financeiras e captar e aplicar recursos financeiros de acordo com as políticas estabelecidas.

Risco Operacional: está associado à ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos como catástrofes naturais, fraudes, greves e atos terroristas. Dentre os eventos enquadrados nesta classificação incluem-se fraudes internas e externas; demandas judiciais; incapacidade de retenção de talentos, falta de matérias-primas, restrições à estrutura logística e de transportes no Brasil, segurança deficiente do local de trabalho; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos a ativos físicos; entre outros.

Risco Regulatório: está associado à ocorrência de modificações nas regulamentações e ações de órgãos reguladores que podem afetar significativamente a habilidade da Companhia em administrar eficientemente seus negócios. Pode representar também eventual alteração da legislação trabalhista ou tributária que possa afetar adversamente os custos e comprometer a competitividade da Companhia em mercados externos ou no mercado interno.

Risco Tecnológico: está associado a falhas, indisponibilidade ou obsolescência de equipamentos e instalações produtivas ou fabris, assim como de sistemas informatizados de controle, comunicação, logística e gerenciamento operacional, que prejudiquem ou impossibilitem a continuidade das atividades regulares da organização, ao longo da sua cadeia produtiva e de valor (clientes, fornecedores, parceiros e unidades regionais). Pode estar também associado a erros ou fraudes, internas ou externas, nos sistemas informatizados ao capturar, registrar, monitorar e reportar corretamente transações ou posições.

Risco Cibernético: está associado a ataques cibernéticos, assim compreendidas tentativas de comprometer a confidencialidade, integridade ou disponibilidade de dados ou sistemas computacionais.

Risco de Compliance: está associado a aplicações de punições legais e/ou regulatórias, bem como a perdas reputacionais e/ou financeiras, decorrentes de inconformidades no cumprimento e aplicação de leis, regulamentações, do código de conduta e/ou de políticas da Companhia.

Risco de Comercialização: está associado ao mercado de geração e comercialização de energia elétrica, incluindo consequências relacionadas à volatilidade dos preços de energia, à estratégia de comercialização de energia da Companhia, entre outros fatores correlatos, atribuídos à sua operação.

Risco de Crédito: está associado à ocorrência de perdas relativas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, dentre outros fatores.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Risco de Liquidez: está associado à possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, nas respectivas datas de vencimento aplicáveis, ou somente fazê-lo incorrendo em perdas significativas.

Risco de Mercado: está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, da demanda de mercado, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Risco Socioambiental: está associado à ocorrência de perdas em virtude de efeitos negativos ao meio-ambiente e à sociedade, bem como a uma eventual modificação das normas ambientais que possa impactar o negócio da Companhia.

Adicionalmente, entendemos que pode existir risco de imagem como consequência de ocorrência de um ou mais dos eventos descritos acima, que pode vir a causar efeito negativo à reputação, credibilidade ou à marca da Companhia.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

O Gerenciamento de Riscos deve estar presente em todos os processos de gestão da Companhia, de maneira a promover a identificação antecipada dos Riscos e sua gestão tempestiva, em conformidade com as práticas e diretrizes da Companhia, estando estruturado em três linhas, quais sejam:

1ª Linha: Formada essencialmente pelos gestores e colaboradores que atuam na linha de frente das “áreas de negócios” da Companhia, sendo responsáveis, no tocante às operações sob sua gestão, por observar as práticas e diretrizes de Gerenciamento de Riscos estabelecidas no âmbito da Companhia. Cabe aos integrantes desta 1ª Linha identificar e monitorar os Riscos sob sua gestão. Também é a 1ª Linha que executa, no dia a dia, os planos de ação eventualmente definidos em resposta aos Riscos envolvidos nas operações sob sua gestão.

2ª Linha: A 2ª Linha está atrelada à organização e estruturação do processo de Gerenciamento de Riscos, atuando no desenvolvimento e padronização de procedimentos e sistemas que permitam identificar, avaliar, monitorar, responder e tratar Riscos. Referida linha atua tanto no apoio aos gestores e colaboradores nesta identificação e monitoramento de Riscos e elaboração de planos de ação, quanto junto à alta administração, reportando-lhes (de forma independente) informações e indicadores sobre a exposição a Riscos e o Gerenciamento de Riscos em si. Atualmente, a 2ª Linha da Companhia é composta, mas não limitada, pelas áreas de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos, Riscos de Mercado e Compliance.

3ª Linha: A 3ª Linha está atrelada a uma atuação imparcial, independente e autônoma voltada ao monitoramento e aferição da conformidade, qualidade e efetividade do Gerenciamento de Riscos. A 3ª Linha é exercida primordialmente pela área de Auditoria Interna da Companhia, a qual, sempre que julgar pertinente, deve recomendar aos órgãos aplicáveis melhorias e/ou planos de ação para o adequado tratamento de Riscos (auditando a implementação desses planos posteriormente), bem como reportando os respectivos resultados.

Previamente à definição de qual tratamento será aplicado a determinado Risco, a Companhia determinará o grau de exposição da Companhia àquele Risco, levando em consideração dois aspectos: (i) a probabilidade de materialização do Risco; e (ii) o nível quantitativo e/ou qualitativo das consequências no caso de materialização do Risco em questão sob os vários aspectos (“Impacto”), por meio da utilização de metodologias de mensuração quantitativas e qualitativas.

A Companhia também adota o uso de uma matriz de Riscos para avaliação e qualificação dos Riscos, de forma a priorizar, responder e definir o tratamento adequado desses, proporcionando um mecanismo para priorização entre os Riscos e, consequentemente, uma ferramenta de direcionamento dos esforços para mitigar ou remediar os Riscos mais significativos através de estrutura de controles internos alinhada aos objetivos da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Depois de identificado, avaliado e mensurado, deve-se responder e definir o tratamento que será dado ao Risco em questão, seu monitoramento e comunicação ao público envolvido e ao fórum de governança competente. O tratamento de estratégia de resposta aos Riscos consistirá na decisão entre mitigá-los, compartilhá-los, transferi-los, explorá-los, assumi-los e evitá-los, com base no apetite ao Risco da Companhia e do resultado da avaliação do Impacto e probabilidade.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A administração da Companhia deve atuar de modo a assegurar a efetividade das linhas de defesa e a observância das práticas de Gerenciamento de Riscos da Companhia. O Conselho de Administração, assessorado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, assume papel geral de supervisão e avaliação periódica dos Riscos a que a Companhia está exposta, da estrutura de Gerenciamento de Riscos acima destacada e da eficácia dos controles internos, inclusive considerando os relatórios, avaliações, propostas e reportes recebidos, inclusive da Diretoria da Companhia.

Nos termos das práticas de Gerenciamento de Riscos da Companhia:

Principais atuações do Conselho de Administração da Companhia:

- (i) Determinar e aprovar o apetite ao Risco da Companhia, bem como o nível de tolerância aos desvios em relação aos níveis de Risco determinados como aceitáveis;
- (ii) Acompanhar de forma sistemática o Gerenciamento dos Riscos e o cumprimento dos seus objetivos;
- (iii) Reavaliar periodicamente a adequação da estratégia do Gerenciamento de Riscos adotada pela Companhia.

Principais atuações do Comitê de Auditoria Estatutário:

- (i) avaliar as estruturas e os procedimentos para a gestão de riscos e o cumprimento pela Administração da Companhia da sua Política de Gerenciamento de Riscos, quando implementada, com base no apetite ao risco estabelecido pelo Conselho de Administração;
- (ii) avaliar as ações da Diretoria na implementação e manutenção das estruturas e das políticas de gestão de riscos, com base na tolerância ao risco estabelecida pelo Conselho de Administração;
- (iii) discutir com a Administração a exposição aos principais riscos e as ações tomadas para monitorar e controlar tais exposições, podendo, para tanto, requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com a remuneração da administração, a utilização de ativos e as despesas incorridas em nome da Companhia; e
- (iv) obter atualizações regulares da Administração e dos advogados da Companhia com relação a assuntos que possam causar impactos relevantes nas demonstrações financeiras ou em políticas de conformidade.

Principais atuações da Diretoria da Companhia:

- (i) Garantir a implantação de um modelo eficiente de gestão de Riscos alinhado a estratégia da Companhia;
- (ii) Definir diretrizes, recursos e metas que garantam o bom funcionamento do processo de gestão de Riscos;
- (iii) Promover a integração da gestão de Riscos com os ciclos de gestão e planejamento da Companhia;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- (iv) Revisar o portfólio dos Riscos identificados pelas áreas responsáveis;
- (v) Supervisionar a liderança da Companhia na resposta e tratamento aos Riscos;
- (vi) Discutir com a liderança a exposição aos principais Riscos e as ações tomadas para monitorar e controlar tais exposições;
- (vii) Atuar na gestão e monitoramento do apetite ao Risco;
- (viii) Propor ao Conselho de Administração, após análise e revisão, os critérios de avaliação de Impacto e probabilidade, matriz de risco e apetite ao risco, bem como as ações de tratamento e mitigação dos Riscos de negócio.

Principais atuações das áreas de Gerenciamento de Riscos da Companhia:

- (i) Desenvolver e aplicar a estratégia, a metodologia e a cultura de Gerenciamento de Riscos, em conformidade com regulamentações vigentes e melhores práticas do mercado;
- (ii) Fornecer ferramentas para a gestão de Riscos na Companhia e garantir seu funcionamento efetivo;
- (iii) Assegurar a manutenção das práticas de Gerenciamento de Riscos e o cumprimento dos limites estabelecidos;
- (iv) Apresentar e reportar à Diretoria, ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração a avaliação dos Riscos e o nível de exposição da Companhia frente aos Riscos;
- (v) Acompanhar as tendências do mercado e realizar a conexão com o negócio e possíveis impactos à Companhia;
- (vi) Capacitar os profissionais e promover a cultura voltada para Gerenciamento de Riscos, bem como a adesão da metodologia adotada pela Companhia;
- (vii) Assessorar as áreas de negócio/unidades na identificação e avaliação da probabilidade e do Impacto dos riscos;
- (viii) Suportar as áreas/unidades na definição dos planos de ação para tratamento dos Riscos;
- (ix) Monitorar os Riscos identificados e avaliados pelas áreas de negócio/unidades;
- (x) Acompanhar o status e a implantação dos planos de ação definidos em resposta aos Riscos identificados.

Principais atuações da área de Controles Internos da estrutura da Companhia:

- (i) Desenvolver os processos a serem utilizados no Gerenciamento de Riscos;
- (ii) Assessorar a Diretoria da Companhia na identificação preventiva de Riscos e sugerir medidas para sua prevenção e minimização;
- (iii) Auxiliar no monitoramento da exposição da Companhia a Riscos;
- (iv) Averiguar o cumprimento das estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração e implementadas pela Diretoria;
- (v) Apoiar gestores e colaboradores na elaboração de planos de ação; e
- (vi) Conscientizar os gestores sobre a importância da gestão de Riscos e a responsabilidade inerente a cada colaborador.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Principais atuações da área de Auditoria Interna da Companhia:

- (i) Monitorar e aferir a qualidade e efetividade do processo de Gerenciamento de Riscos, controles internos e governança da Companhia, sempre recomendando melhorias;
- (ii) Verificar a conformidade do processo de Gerenciamento de Riscos com as políticas e normas adotadas pela Companhia; e
- (iii) Recomendar a adoção de planos de ação, acompanhar e auditar a sua implementação e a efetividade dos tratamentos propostos.

Principais atuações dos gestores e colaboradores da Companhia (“Áreas de Negócios”):

- (i) Garantir que a gestão de Riscos, nos diversos níveis organizacionais, esteja alinhada a estratégia da Companhia;
- (ii) Identificar e gerir Riscos que possam afetar as áreas/unidades sob sua responsabilidade;
- (iii) Definir a resposta a cada Risco sob sua responsabilidade;
- (iv) Fornecer as informações para o Gerenciamento de Riscos durante o mapeamento, construção da matriz e avaliação dos Riscos;
- (v) Validar as informações dos Riscos disponibilizadas periodicamente pela área responsável e sugerir alterações, quando necessário;
- (vi) Reportar, ao menos trimestralmente, à área responsável, o status dos respectivos planos de ação;
- (vii) Garantir a efetividade do tratamento dos Riscos, considerando a implementação, o cumprimento dos prazos, a eficácia das ações mitigadoras, a avaliação dos Riscos residuais e remanescentes;
- (viii) Quando solicitado, o dono do risco deve também reportar e responder aos fóruns de governança a respeito dos riscos sob sua responsabilidade.

Principais atuações da Comissão de Riscos da Companhia:

- (i) Identificar e gerir os Riscos que possam afetar o negócio;
- (ii) Revisar o portfólio dos Riscos identificados pela Companhia;
- (iii) Discutir com a liderança o nível de exposição aos principais Riscos e as ações tomadas para monitorar e controlar tais exposições;
- (iv) Validar as informações dos Riscos e sugerir, sempre que necessário, alterações no mapeamento e avaliações destes Riscos;
- (v) Atuar na gestão e monitoramento da tolerância e apetite ao Risco.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A estrutura organizacional proposta de processos de Gerenciamento de Riscos e de controles internos é baseada em parâmetro as diretrizes estabelecidas pelo IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e ISSO 31000, especialmente no que diz respeito ao fluxo de identificação,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

avaliação, implementação, monitoramento e reporte dos Riscos aos quais a Companhia está exposta.

A Companhia entende que a estrutura operacional e de controles internos é adequada, uma vez que tal estrutura tem como objetivo contribuir para o cumprimento efetivo do processo de Gerenciamento dos Riscos, assim como demais políticas e procedimentos da Companhia e, ainda, para identificar eventual necessidade de revisão ou aprimoramento dos processos e controles internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

Não há uma política específica que trata de Gerenciamento de Riscos de mercado, devendo se aplicar, no que couber, as práticas e diretrizes de Gerenciamento de Riscos mencionadas no item 5.1 acima. A Companhia entende que as práticas que adota são suficientes para gerenciamento de seus riscos de mercado.

Dentre as práticas adotadas, a Companhia possui um processo de gestão de riscos financeiros que objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Não há uma política específica que trata de Gerenciamento de Riscos de mercado, devendo se aplicar, no que couber, as práticas de Gerenciamento de Riscos mencionadas no item 5.1 acima.

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Apesar de inexistir uma política formalizada específica para gerenciamento de riscos de mercado (apenas as práticas de Gerenciamento de Riscos descrita acima), as atividades da Companhia e suas controladas são expostas a diversos riscos financeiros para os quais se busca proteção, a saber: (i) Risco de Crédito; e (ii) Risco de Liquidez.

(i) Risco de Crédito: As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas Controladas têm como prática trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente. Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios aprovados pelos órgãos diretivos da Companhia.

(ii) Risco de Liquidez: O risco de liquidez é gerenciado de acordo com práticas que visam garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência. A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias investment grade fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não aplica estratégia de hedge para proteção patrimonial.

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não aplica estratégia de hedge para proteção patrimonial.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Apesar de inexistir uma política formalizada específica para gerenciamento de riscos de mercado (apenas as práticas e diretrizes de Gerenciamento de Riscos descritas acima), o gerenciamento dos riscos de mercado se dá pelo monitoramento da exposição dos passivos a moedas estrangeiras, índice de alavancagem, concentração de aplicações por instituição

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

financeira, cronograma de liquidez de aplicações associado às previsões de fluxo de caixa e acompanhamento das perspectivas macroeconômicas como curva futura de dólar, cupom cambial, juros futuros e conjuntura político-econômica.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não utiliza derivativos para fins diversos de proteção patrimonial (hedge).

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Todos os colaboradores são integralmente responsáveis por realizar o Gerenciamento de Riscos relacionados à sua respectiva área de competência e atuação, inclusive no que diz respeito aos riscos de mercado. As responsabilidades e a estrutura organizacional das práticas e diretrizes de Gerenciamento de Riscos estão descritas no item 5.1.(b) deste Formulário de Referência, abrangendo inclusive as responsabilidades relacionadas ao gerenciamento de Riscos de mercado.

A descrição das competências atribuídas a cada componente da estrutura de Gerenciamento de Riscos está especificada no item 5.1(b) acima, e considera, dentre outros fatores a grandeza do risco mapeado e os enquadramentos das soluções para mitigação dos riscos propostas no contexto das práticas de Gerenciamento de Riscos praticadas.

(c) a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Conforme descrito no item 5.1 (c) acima, a administração da Companhia entende que a estrutura operacional e os controles internos previstos nas práticas e diretrizes de Gerenciamento de Riscos são adequados e suficientes para a Companhia, sem prejuízo de eventuais atualizações que podem ser realizadas, caso a administração da Companhia assim julgar necessário.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição controles internos

(a) principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia adota as melhores práticas de controles internos alinhadas com suas estruturas utilizadas, as quais estão de acordo com a complexidade de seus negócios, no intuito de garantir as boas práticas de governança, mercado e atendimento às legislações e regulamentos aplicáveis, sempre zelando pela qualidade e integridade dos relatórios financeiros, pela adequação e eficácia de seu ambiente de controles internos.

A área de Controles Internos da Companhia atua como segunda linha na estrutura de Gerenciamento de Riscos e possui, além das atribuições descritas no item 5.1 (iii) acima, as seguintes principais práticas e responsabilidades: (i) desenvolver e disponibilizar as metodologias, ferramentas, sistemas, infraestrutura e governança necessárias para suportar a avaliação e o monitoramento do sistema de controles internos da Companhia; (ii) fornecer orientações e treinamento sobre processo de controles internos e gerenciamento de riscos; (iii) avaliar a qualidade e eficácia do ambiente de controles internos e garantir a correta e efetiva implementação dos controles pelas áreas de negócios, protegendo os ativos físicos e intangíveis e garantindo a confiança das demonstrações financeiras, bem como seus processos correlatos; (iv) apoiar e garantir a identificação e monitoramento dos riscos e controles pelas áreas *owners* dos processos, de acordo com as políticas e metodologias internas; (v) avaliar e monitorar a efetividade dos controles internos, contribuindo para a precisão e a integridade do reporte, bem como a conformidade com leis e regulamentos; (vi) apoiar as áreas de negócios e atuar como *advisor* e facilitador no desenho e cumprimento de planos de ação ou oportunidades de melhoria relacionados às deficiências identificadas no ambiente de controles internos; (vii) garantir que os riscos inerentes aos negócios da Companhia sejam devidamente identificados, tratados e monitorados pelas áreas responsáveis; e (viii) acompanhar a implementação dos planos de ação e reportar periodicamente a evolução do ambiente de Controles Internos aos níveis gerenciais e à Administração.

Ademais, como prática, a Companhia periodicamente elabora um plano de controles internos em conformidade com o *Risk Assessment* da Companhia, além de considerar as mudanças significativas dos processos de negócio, necessidades de melhoria no atual ambiente de controles identificadas pelas áreas de segunda e terceira linha, novos projetos e atualizações das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio.

A Companhia conta também com a Auditoria Interna, área de avaliação independente, que atua como terceira linha na estrutura de gerenciamento de riscos. Além das atribuições descritas no item 5.1 (iii) acima, a Auditoria Interna tem as seguintes principais práticas e responsabilidades: (i) oferecer avaliação independente de controles à Administração por meio dos trabalhos de Auditoria Interna, visando o aprimoramento de ambiente de controles internos, a fim de torná-los mais eficientes e eficazes para mitigar os riscos inerentes ao negócio; (ii) verificar a adequação dos controles internos em relação à legislação, aspectos regulatórios, bem como o cumprimento de políticas e normas internas; e (iii) realizar teste de efetividade dos controles a nível de processos, incluindo os que possuem impacto direto nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui uma estrutura composta pelo Conselho de Administração, pelos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, pela Diretoria e por suas respectivas divisões e estruturas de gestão próprias, responsáveis pela estrutura de Controles Internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Adicionalmente, a Companhia conta com um Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE”), regulamentado na forma de seu regimento, vinculado ao Conselho de Administração, com funções consultiva e de assessoramento.

Atualmente, o CAE é composto por, no mínimo, 3 (três) membros eleitos pelo Conselho de Administração, sendo a maioria de seus membros independentes, nos termos da Resolução CVM n.º 23/21, devendo contar ainda com (i) um membro do Conselho de Administração que seja membro independente nos termos do Regulamento do Novo Mercado, e (ii) ao menos um membro com reconhecida experiência em contabilidade societária, nos termos da regulamentação acima, sendo que a mesma pessoa poderá acumular essas duas qualidades.

O CAE tem como funções, dentre outras: (i) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente e supervisiona suas atividades; (ii) acompanhar as atividades da Auditoria Interna e da área de Controles Internos da Companhia, de forma a monitorar a qualidade e a integridade: (a) dos mecanismos de Controles Internos; e (b) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; (iii) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; (iv) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de Auditoria Interna, (a) os procedimentos e políticas de controle e reporte da Companhia, a respeito de transações com partes relacionadas; e (b) a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela companhia e suas respectivas evidenciações; (v) monitorar a avaliação anual quanto à efetividade dos Controles Internos, eventuais modificações destes controles relativas à elaboração, divulgação e aprovação das demonstrações financeiras, ocorridas no período, e que tenham afetado, ou possam afetar, significativamente, os números financeiros; (vi) propor, quando necessário, recomendações ao processo de avaliação anual dos controles internos financeiros, inclusive a realização de avaliações intermediárias; (vii) receber relatórios periódicos sobre os riscos nos processos de negócio e controles internos, para avaliação dos temas em discussão no CAE, bem como orientar os trabalhos das áreas; (viii) monitorar e avaliar a efetividade e a suficiência da estrutura de Controles Internos, bem como acompanhar as ações preventivas e mitigatórias.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Além da avaliação do ambiente de controles realizada pela área de Controles Internos no papel da segunda linha, é realizada uma avaliação independente pelo auditor independente, na qualidade de assessor da administração, com o objetivo de validar a eficácia dos controles-chave implementados para mitigar o risco de imprecisões significativas nas informações contidas nas demonstrações contábeis da Companhia. Em caso de identificação de qualquer deficiência de controle ou pontos de melhoria, a Companhia estabelece planos de ação, definindo prazos e responsabilidades, para garantir a efetiva mitigação dos riscos associados.

O resultado desta avaliação, bem como o status dos planos de ação são reportados e supervisionados pela administração da Companhia.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

O relatório circunstanciado mais recente foi emitido pelos auditores independentes da Companhia, em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 (“Relatório Circunstanciado”).

O Relatório Circunstanciado não apontou nenhuma deficiência significativa em relação aos controles internos que podem gerar impactos negativos nas atividades da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

A administração da Companhia discute anualmente, em conjunto com as aprovações das demonstrações financeiras, o relatório circunstanciado e as melhorias apontadas pelos auditores. Conforme informado no item 5.3.d., o último Relatório Circunstanciado não apontou deficiências significativas em relação aos controles internos que podem gerar impactos negativos nas atividades da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia mantém normas e procedimentos que norteiam seus processos organizacionais de integridade, bem como possui um robusto programa de compliance, composto por sete pilares que determinam o escopo de atuação e orientam os esforços do Programa na persecução de seus objetivos, que são:

- (a) o cumprimento de Leis e Regulamentos e dos compromissos assumidos nos Contratos e Acordos assinados;
- (b) a obtenção das licenças, autorizações e certificações necessárias para nossas operações;
- (c) o cumprimento das exigências legais em todos os contratos e acordos firmados;
- (d) a qualidade e veracidade de todos os relatórios externos que emitimos;
- (e) o compromisso de toda a Companhia na defesa da concorrência/antitruste, a prevenção a fraudes e à corrupção;
- (f) a atenção voltada para as áreas expostas a perdas e fraudes;
- (g) combater a corrupção diariamente.

Ademais, cabe destacar que as bases desses pilares estão inseridas no Código de Conduta.

Em 18 de janeiro de 2022, o Conselho de Administração deliberou pela aprovação do Código de Conduta da Companhia ("Código de Conduta"), que é um importante instrumento de governança, pois compartilha com os empregados, de forma clara e didática, a conduta que é esperada, no dia a dia, de todos os que trabalham na Companhia. Indica também quais são os canais existentes para informar ou denunciar qualquer conduta inadequada que seja identificada na Companhia, com garantia de confidencialidade para os empregados.

As diretrizes do Código de Conduta são inspiradas nos valores e crenças de gestão da Companhia e traduzem o compromisso da Companhia com a ética. Além disso, estabelece regras no tocante à prevenção de fraudes e práticas ilícitas contra a administração pública, cujas relações deverão ser sempre pautadas pela integridade, boas práticas de mercado e pelo estrito cumprimento de todas as legislações e normas vigentes. Práticas fraudulentas e ilícitas, deverão ser imediatamente delatadas através do nosso canal de denúncias.

O inteiro teor do Código de Conduta pode ser acessado no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm>) e no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.aurenenergia.com.br/>).

Além do Código de Conduta, cabe destacar que atualmente a Companhia utiliza uma Linha Ética externa (empresa independente especializada no recebimento, triagem, registros de denúncias e responsável por assegurar a integridade e confidencialidade das informações, o anonimato dos usuários e independência durante todo o processo), sendo que as denúncias são apuradas e avaliadas de forma colegiada, seguindo os procedimentos internos.

A Companhia possui uma Política Antissuborno, Anticorrupção e Anti-lavagem de Dinheiro aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de maio de 2018, aplicável a conselheiros, empregados, prestadores de serviços e contratados da Companhia, cujo objetivo é promover o cumprimento, pela Companhia, de todas as leis anticorrupção, antissuborno e lavagem de dinheiro aplicáveis, incluindo, mas não se limitando às Lei 12.846/2013, Lei 8.429/1992, 9.613/1998 e o Decreto-Lei 2.848/1940.

Adicionalmente, a Companhia também adota as práticas de *due diligence* de terceiros, com o objetivo de realizar a análise de integridade e background check das contrapartes da Companhia antes da celebração de um acordo, contrato, negócio

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

ou contratação, de modo a identificar potenciais riscos/preocupações de compliance, especialmente relacionados à corrupção, violação de leis, sanções governamentais, lavagem de dinheiro e outros crimes econômicos, que possam comprometer a reputação e imagem da companhia ao relacionar-se com essa contraparte e/ou que não estejam aderentes aos princípios e valores da Companhia.

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Em reunião realizada em 06 de dezembro de 2021, os membros do nosso Conselho de Administração aprovaram a política de divulgação de atos ou fatos relevantes ("Política de Divulgação"). Ainda, em reunião realizada em 18 de janeiro de 2022, além do Código de Conduta, os membros do Conselho de Administração aprovaram os seguintes documentos: (i) política de negociação de valores mobiliários ("Política de Negociação"); (ii) regimento interno do Conselho de Administração ("Regimento Interno do Conselho de Administração"); e (iii) regimento interno do Comitê de Auditoria ("Regimento Interno do Comitê de Auditoria") (sendo a Política de Divulgação, a Política de Negociação, o Código de Ética, o Regimento Interno do Conselho de Administração e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, em conjunto, definidos como "Políticas de Governança Corporativa").

Nosso Código de Conduta reúne as principais diretrizes, regras e procedimentos destinados a assegurar a integridade e o comportamento honesto e íntegro no exercício das atividades sociais da Companhia e nos seus relacionamentos internos e externos, buscando, para esse fim:

- (i) apoiar a identificação e a comunicação de condutas inadequadas;
- (ii) ajudar a fornecer aos colaboradores da Companhia um ambiente de trabalho de apoio em que eles se sintam confiantes para levantar pontos de preocupação legítima para si próprios e para a Companhia;
- (iii) fornecer um serviço de canal de comunicação que possa ser utilizado para denunciar condutas impróprias;
- (iv) formalizar o compromisso da Companhia de investigar os incidentes relatados; e
- (v) ajudar a proteger as pessoas que denunciarem de boa-fé qualquer conduta inaceitável.

As Políticas de Governança Corporativa estabelecem padrões de conduta, regras internas para alinhamento com os nossos valores, procedimentos e práticas para adequação ao perfil e riscos que identificamos, frequência de avaliação e demais assuntos relacionados.

Nosso Conselho de Administração avalia periodicamente a adequação das Políticas de Governança ao perfil de risco da Companhia, sem prejuízo da possibilidade dos demais órgãos e colaboradores da Companhia sugerirem ajustes aplicáveis em razão do resultado do Gerenciamento de Riscos.

O inteiro teor das Políticas de Governança Corporativa pode ser acessado no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm>) e no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.aurenenergia.com.br/>).

A Companhia entende que seus mecanismos e práticas voltados à integridade são adequados ao seu perfil e aos riscos aos quais está sujeita, conforme detalhamento no item 4.1 deste Formulário de Referência.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia utiliza as áreas de gerenciamento de riscos, controles internos e *compliance*.

A área de *compliance* ("Área de Compliance") estabelece mecanismos e promove ações que permitam que os colaboradores ajam em conformidade com os normativos internos e diretrizes que norteiam os negócios da Companhia, bem como busca apoiar na aplicação de medidas disciplinares, no caso de desvios de condutas, comportamentos e não

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

conformidades. Além disso, a Área de Compliance é responsável por propor ações quanto à disseminação e cumprimento do Código de Conduta da Companhia e dos demais normativos, de modo a assegurar sua eficácia e efetividade. Também patrocina treinamentos, monitora os comportamentos dos colaboradores e dos terceiros a fim de que estejam conduzindo suas atividades da forma que é esperada pela Companhia de acordo com os princípios éticos, bem como realiza apurações independentes das denúncias recebidas na Linha Ética, conduzindo conforme as regras previstas na norma.

A Companhia também possui uma comissão de conduta ("Comissão de Conduta") e a área de auditoria interna ("Área de Auditoria Interna").

A Comissão de Conduta tem por objetivo avaliar e acompanhar as questões que envolvem os aspectos e valores éticos e de conduta. Todos os seus membros têm capacidade técnico profissional e reputação íntegra reconhecidas, sendo formado por três membros da: Diretor Presidente, Gerente Geral Jurídico e Regulatório e Gerente Geral de Riscos, Controles Internos, Compliance e Segurança da Informação. Dentre as atribuições da Comissão de Conduta, vale o destaque para: (i) receber o reporte de todas as denúncias e avaliá-las; (ii) determinar a adoção das medidas disciplinares necessárias e garantir que os desvios e violações sejam seguidos de medidas; e (iii) supervisionar a aplicação do Código de Conduta e propor revisões do documento.

Com relação à Área de Auditoria Interna, área de avaliação independente, que atua como terceira linha na estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia, como principais práticas e responsabilidades, pode-se destacar: (i) oferecer avaliação independente de controles à administração por meio dos trabalhos da Área de Auditoria Interna, visando o aprimoramento de ambiente de controles internos, a fim de torná-los mais eficientes e eficazes para mitigar os riscos inerentes ao negócio; (ii) verificar a adequação dos controles internos em relação à legislação, aspectos regulatórios, bem como o cumprimento de políticas e normas internas; (iii) realizar teste de efetividade dos controles a nível de processos, incluindo os que possuem impacto direto nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

O CAE tem como uma de suas atribuições receber periodicamente informações e report acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação, possibilitando a este órgão a apreciação e supervisão, especialmente, das denúncias relacionadas a assuntos de sua competência, conferindo a tais casos apuração técnica especializada.

O Conselho de Administração da Companhia possui como atribuição revisar periodicamente o Código de Conduta.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

Adotamos um Código de Conduta que foi devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de janeiro de 2022.

O Código de Conduta é um importante instrumento de governança da Companhia, pois compartilha com os empregados, de forma clara e didática, a conduta que é esperada, no dia a dia, por parte de nossos colaboradores nas suas relações internas e com clientes, fornecedores, parceiros de negócios, com a comunidade e com órgãos públicos em geral. Indica também quais são os canais existentes para informar ou denunciar qualquer conduta inadequada que seja identificada, sendo um canal de comunicação tanto para os colaboradores, quanto para os terceiros que se relacionam com a Companhia.

Como mecanismos de aculturação e adesão às diretrizes da Companhia, na admissão do colaborador há um treinamento didático com orientações e esclarecimentos sobre o Código de Conduta e a Linha Ética. Além disso, durante a jornada do colaborador, há diversos informativos e treinamentos periódicos sobre o tema, envolvendo todos os colaboradores e a alta administração da Companhia.

O inteiro teor do nosso Código de Conduta pode ser acessado no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm>) e no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.aurenenergia.com.br/>).

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

As disposições do Código de Conduta se aplicam a todos os conselheiros, diretores, colaboradores e contratados da Companhia.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

De acordo com as boas práticas de governança e de maneira a solidificar a cultura de compliance, os colaboradores são treinados na admissão e periodicamente durante toda a sua jornada na Companhia, com campanhas sobre o tema, vídeos, palestras, informativos e eventos específicos promovidos pela Área de Compliance. Todos os colaboradores, diretores, conselheiros e contratados, são convidados a participar dos eventos patrocinados pela Área de Compliance, relacionados às práticas disciplinadas pelo Código de Conduta. Ademais, todos os colaboradores, diretores e conselheiros são convidados a participar do evento anual de Compliance denominado “Compliance Day”.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O descumprimento do Código de Conduta, da legislação e da regulamentação aplicável, do Estatuto Social da Companhia e das demais normas internas da Companhia, a depender de sua natureza e gravidade, poderá sujeitar os infratores às seguintes medidas disciplinares: (i) advertência (verbal ou escrita); (ii) suspensão; e/ou (iii) demissão.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Adotamos um Código de Conduta que foi devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de janeiro de 2022.

O inteiro teor do nosso Código de Conduta pode ser acessado no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm>) e no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.aurenenergia.com.br/>).

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

As denúncias devem ser relatadas por intermédio do canal de comunicação denominado “Linha Ética”. O canal é pertencente a uma empresa externa, responsável pelo recebimento, triagem, registro e encaminhamento para a Companhia das denúncias, o que garante a sua independência no processo o anonimato dos relatos registrados.

O canal funciona sete dias por semana e vinte quatro horas por dia e nas línguas português, inglês e espanhol. E a Linha Ética pode ser contatada da seguinte forma:

(i) Por telefone (sem identificação da linha de quem faz a chamada): 0800 591 7192; ou

(ii) Por meio do website da Linha Ética:

<https://www.canalconfidencial.com.br/votorantimenergia>

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de denúncias está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

Todas as denúncias recebidas por meio da Linha Ética serão tratadas com confidencialidade, sendo facultado aos usuários, se assim desejarem, formular denúncias anônimas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As denúncias recebidas na Linha Ética são analisadas e endereçadas pela Comissão de Conduta, sendo que o CAE é informado periodicamente a respeito das denúncias/demandas, possibilitando ao CAE a apreciação e supervisão, especialmente, das denúncias relacionadas a assuntos de sua competência, conferindo a tais casos apuração técnica especializada.

- c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

Observamos todos os procedimentos e dispositivos previstos na legislação e regulamentação societária aplicável, quando da realização de processos de fusão, aquisição e reestruturação societária nos envolvendo.

Todas essas operações jurídicas contam com o apoio e suporte de algumas áreas da Companhia para realizarem *due diligence* do target. Esse processo tem como objetivo dar à Companhia uma visão global ou pontual, a depender do escopo, especialmente sob os aspectos jurídicos, fiscais, financeiros, operacionais e de compliance, dentre outros, razão pela qual é um mecanismo de prevenção essencial nos processos de ciões, fusões, aquisições e incorporações para dar segurança no investimento.

- d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, tendo em vista que adotamos regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas nos principais riscos

Não aplicável, tendo em vista que não houve, em relação ao último exercício social, alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta ou nas normas de gerenciamento de riscos adotadas pela Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**5.6 - Outras informações relevantes**

Para fins desta seção 5, cabe informar que:

- a) as operações de compra e venda de energia da Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda., sociedade subsidiária da Companhia, são avaliadas, para cada segmento de negócio (geração, consumidor final ou comercializador), conforme as informações financeiras disponíveis e/ou a probabilidade de default divulgada por bureau de crédito. Na análise de risco de crédito também podem ser considerados fatores de alavancagem energética, bem como limites de exposição para cada segmento de negócio. Com relação aos riscos de preço de mercado, a Votener possui política de risco de mercado que estabelece parâmetros que visam o controle da exposição energética da carteira, decorrente da variação de preços de energia elétrica.
- b) as sociedades e consórcios que exploram os ativos das Participações Hídricas, as quais a Companhia detém participação societária por meio de ações preferenciais, possuem políticas próprias para gestão de risco, sendo que a Companhia, por não deter participação societária com controle, não têm ingerência sobre essas políticas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A seguir, são apresentados os comentários dos Diretores sobre os resultados obtidos pela Companhia, correspondentes à análise da condição financeira e patrimonial, na qual contemplam um panorama relativo às demonstrações contábeis consolidadas dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019. As demonstrações financeiras auditadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards ou "IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As informações nesta seção 10, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional.

Os termos "AH" e "AV" que significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica entre um período e o outro. A Análise Vertical representa (i) o percentual ou item de uma linha em relação à receita líquida de vendas para o exercício aplicável para as demonstrações dos resultados, ou (ii) em relação ao total do ativo e/ou total do passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para os balanços patrimoniais.

Os comentários a seguir contêm declarações sobre tendências que refletem as expectativas atuais da Companhia, envolvendo riscos e incertezas inerentes ao ambiente de seus negócios. Os resultados futuros e os eventos podem não ocorrer de acordo com as expectativas da Companhia, em razão dos riscos envolvidos, tais como, o desempenho econômico do país, a economia global, os aspectos regulatórios do setor, questões governamentais e concorrenciais, entre outros fatores exógenos, especialmente em relação aos riscos informados na seção 4 deste Formulário de Referência.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes nas demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no website de relações com investidores da Companhia (<https://ri.aurenenergia.com.br/>) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm/>).

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2021

No ano de 2021, a receita líquida de venda de energia consolidada da Companhia foi de R\$ 2,6 bilhões, o que representou um aumento de 14% em relação ao ano 2020, sendo que a controlada CESP apresentou um aumento de 20% no ano, que foi atenuado pela ausência de receita no complexo de Ventos de Araripe III em razão do impacto dos incidentes com os dois transformadores da subestação coletora (junho de 2020 e fevereiro de 2021). O EBITDA ajustado atingiu R\$1,0 bilhão em 2021 (margem de 39%), inferior a 18% quando comparado ao mesmo período de 2020. A variação do EBITDA ajustado no período decorre, principalmente: (i) pela queda na margem operacional hídrica devido ao período hídrico desfavorável, impactando o volume e preço de compra de energia; (ii) aumento nos custos de PMSO explicado principalmente pelo gasto com serviços de terceiros e; pelos ajustes realizados nos períodos: (i) reconhecimento de R\$533 milhões referente a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

repactuação do GSF das usinas da Companhia no exercício, líquido de impairment; e (ii) reversão de provisão para litígios no valor de R\$426 milhões; efeitos parcialmente compensados pela (iii) baixa de depósitos judiciais no total de R\$60 milhões.

Em 31 de dezembro de 2021 a dívida bruta totalizou R\$ 4,7 bilhões, e a dívida líquida foi de R\$ 3,1 bilhões, com a alavancagem financeira em 3,1x, comparada com 2,2x em 2020, em razão principalmente pela liberação da 1ª parcela pelo BNDES relativa ao financiamento dos complexos eólicos de Ventos do Piauí II e III e, pela queda no EBITDA Ajustado.

Os reflexos da maior crise hídrica dos últimos 90 anos no Brasil têm sido percebidos pela controlada CESP, principalmente pelo impacto na bacia do rio Paraná, onde está localizada a Usina Hidrelétrica ("UHE") de Porto Primavera. Nesse sentido, em 2021, a produção de energia elétrica nas usinas operadas pela CESP atingiu 796 MW médios, 23% inferior a 2020 (1.032 MW médios).

O déficit hídrico observado principalmente na região sudeste do país se manteve, sendo constatadas quedas de aflúências. Esse cenário fez com que os reguladores determinassem diversas medidas visando à manutenção da governabilidade da operação hidráulica na bacia do rio Paraná durante o período seco.

É importante pontuar que a UHE Porto Primavera está localizada no final da cascata do rio Paraná, ficando abaixo (a jusante) da UHE Jupiá e acima (a montante) da UHE Itaipu. As três usinas citadas operam em regime fio d'água, o que significa que não possuem capacidade significativa de regularização das vazões em seus reservatórios. Com isso, a geração de energia dessas usinas depende da vazão afluyente proveniente das usinas localizadas a montante. No caso da bacia do rio Paraná, os principais reservatórios são os das UHEs Ilha Solteira e Três Irmãos. Esta configuração da cascata hidráulica faz com que a redução da vazão nas usinas a fio d'água contribua para a preservação dos estoques de água nos reservatórios localizados a montante destes ativos.

Com relação à UHE Paraibuna, a programação de produção da usina se dá em função do controle da vazão na bacia do rio Paraíba do Sul, com a definição pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") da vazão defluente das usinas da cascata com o objetivo de atendimento às restrições hidráulicas da bacia. No quarto trimestre de 2021, o ONS reduziu a geração nas usinas de cabeceira da bacia do rio Paraíba do Sul (dentre elas a UHE Paraibuna) em função do início das chuvas que aumentou a vazão natural do rio, necessitando menos da complementação da vazão pelas usinas para atendimento às necessidades citadas. Desta forma, os reservatórios iniciam a recuperação de seu armazenamento.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020

A receita consolidada da Companhia atingiu R\$ 2,3 bilhões, com alta de 15%, sobre os dados de 2019. O EBITDA ajustado de R\$ 1,2 bilhão foi 20% maior do que o do ano anterior. O resultado reflete o desempenho positivo da CESP, que compensou a redução na geração de energia no complexo eólico de Ventos do Araripe III, em razão da indisponibilidade de um dos dois transformadores de força localizados na subestação coletora, limitando a capacidade de escoamento da geração do complexo eólico a 190MW, o que corresponde à aproximadamente 50% da capacidade instalada total.

A dívida bruta totalizou R\$ 3,8 bilhões em 2020, e a dívida líquida, R\$ 2,8 bilhões, com a alavancagem financeira em 2,2x, comparada com 2,6x em 2019, seguindo a tendência de queda do último ano, impulsionada por melhores resultados operacionais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Na controlada CESP, a receita líquida de R\$ 1,9 bilhão foi 22% superior à registrada em 2019, com o início da atividade de comercialização da companhia. O EBITDA ajustado de R\$ 1 bilhão teve acréscimo de 35%, como reflexo do perfil da dívida, alongado no terceiro trimestre.

A rápida adaptação da gestão ao cenário provocado pela pandemia favoreceu o desempenho da Companhia mesmo em um período marcado por queda de produtividade na indústria brasileira.

A Companhia seguiu investindo em fontes de energia renovável, com R\$ 2 bilhões direcionados a expansão do complexo eólico Ventos do Piauí II e III, com início de operação ainda não iniciada, porém prevista para 2022.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019

Em 2019, foi aprovada a ampliação do complexo eólico Ventos do Piauí, com o acréscimo de 409 MW de capacidade instalada e investimento de aproximadamente R\$2 bilhões. Com o desenvolvimento destes novos parques, a Companhia atingirá cerca de 1GW de capacidade instalada de geração de energia eólica no nordeste do Brasil.

No ano de 2019, Companhia atingiu receita líquida de R\$ 2 bilhões, acréscimo de 355% em relação a 2018, resultado da consolidação da CESP, adquirida no final de 2018. Da mesma maneira, o EBITDA ajustado também apresentou crescimento, totalizando R\$1,0 bilhão no ano.

Após um ano na gestão da CESP as ações da controlada valorizaram 118%, passando de R\$ 14,60 (valor ofertado por ação no leilão) em 19 de outubro de 2018 para R\$ 31,81 em 31 de dezembro de 2019.

A dívida bruta totalizou R\$ 3,8 bilhões no final de 2019, composta principalmente pelos financiamentos da construção dos ativos eólicos da Companhia e da outorga para extensão da concessão da usina hidrelétrica de Porto Primavera na CESP. A alavancagem financeira, mensurada pela relação da dívida líquida/EBITDA ajustado, fechou o ano de 2019 em 2,7x contra 5,7x em dezembro de 2018.

b) estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social integralizado da Companhia era de R\$ 3.000.836.430,34 (três bilhões, oitocentos e trinta e seis milhões, quatrocentos e trinta reais e trinta e quatro centavos) composto por 1.985.094.892 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. A estrutura de capital da Companhia era composta por 47,93% de capital próprio e 52,07% de capital de terceiros.

A Diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital é adequada para a continuidade de suas atividades. As atividades da Companhia são suportadas pela própria geração de caixa, por recursos aportados pelos acionistas e recursos de financiamentos captados juntos a terceiros. Na tabela a seguir a evolução e composição da estrutura de capital da Companhia:

(em R\$ milhões)	2021	2020	2019
Passivo Circulante + Não Circulante	10.516.038	10.166.852	8.211.764
Capital Terceiros	4.710.874	3.749.688	3.790.782

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Patrimônio Líquido	9.046.515	8.253.656	8.181.245
Capital Próprio	4.335.641	4.503.968	4.390.463
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	19.562.553	18.420.508	16.393.009
Parcela de capital de terceiros	52,07%	45,43%	46,34%
Parcela de capital próprio	47,93%	54,57%	53,66%

A Companhia busca diversificar suas fontes de captação de recursos através da utilização do mercado de capitais, utilização de bancos públicos como uma fonte especial de recursos e operações bancárias, com um nível equalizado, que lhe garanta maximizar a rentabilidade de seu negócio, sem prejudicar a continuidade da operação e saúde financeira da Companhia.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O índice de liquidez corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2021 foi de 1,5x. No mesmo período, a Companhia e suas controladas possuíam R\$ 4.710.874 mil de empréstimos e financiamentos, conforme tabela reportada no item (d) 10.1 deste Formulário de Referência.

Índice	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Liquidez Corrente	1,5x	1,2x	1,5x
Liquidez Geral	0,8x	0,8x	0,7x
Liquidez Imediata	1,0x	0,8x	1,0x

Liquidez Corrente: Total de ativo circulante dividido pelo total de passivo circulante;

Liquidez Geral: Soma de ativo circulante e ativo não circulante, exceto imobilizado, intangível e investimento, dividido pela soma de passivo circulante e passivo não circulante;

Liquidez Imediata: Saldo de caixa e equivalentes de caixa dividido pelo passivo circulante.

Os Diretores da Companhia entendem que o fluxo de caixa projetado da Companhia e de suas controladas demonstram serem suficientes para cumprir seus compromissos financeiros assumidos, conforme consta em seus planos de negócios. No entanto, havendo necessidade de novos financiamentos para ampliação e aquisição de empreendimentos e até mesmo para honrar com quaisquer compromissos, a Administração da Companhia, inclusive, acredita no bom relacionamento da empresa e de suas controladas com instituições financeiras de primeira linha que lhe permitem o acesso a linhas de créditos adicionais.

Importante ressaltar que o cronograma de amortização da dívida está bem distribuído ao longo dos anos, de forma a permitir que a geração de caixa dos ativos, cada vez mais diversificados, faça frente às obrigações relativas aos financiamentos.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Companhia honrou integralmente com todos os seus compromissos financeiros.

Em 25 de novembro de 2021, a Companhia obteve classificação de rating em AAA (bra). Perspectiva estável por uma das três maiores agências de classificação de risco internacional a "Fitch Ratings", como sendo a mais alta escala de rating, que consiste na avaliação sobre a capacidade da Companhia de honrar com seus compromissos financeiros.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes foram originadas por meio de captação de empréstimos, emissão de debêntures, geração operacional de caixa e aportes de capital.

Em 31 de dezembro de 2021, Companhia contabilizava exigíveis em montante de, aproximadamente, R\$ 4.711 milhões, sendo que em 31 de dezembro de 2020 o total era de, aproximadamente R\$ 3.750 milhões e em 31 de dezembro de 2019 de, aproximadamente R\$ 3.791 milhões. O endividamento bruto refere-se à soma do saldo de empréstimos e financiamentos (incluindo encargos), debêntures (circulante e não circulante):

Endividamento Bruto (em R\$ mil)	Taxa de Juros (% ao ano)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
		2021	2020	2019
Circulante		207.621	128.977	105.315
BNDES	TJLP + 2,54% / IPCA + 4,56%	99.462	98.240	102.313
Debêntures	IPCA + 4,62% / CDI + 1,64%	108.159	30.737	2.969
Outros		-	-	33
Não Circulante		4.503.253	3.620.711	3.685.467
BNDES	TJLP + 2,54% / IPCA + 4,56%	2.005.836	1.548.194	1.904.344
Debêntures	IPCA + 4,62% / CDI + 1,64%	2.497.417	2.072.517	1.781.123
Total Endividamento		4.710.874	3.749.688	3.790.782

Para maiores informações acerca dos contratos de financiamentos e do endividamento da Companhia, vide seção 10.1(f) deste Formulário de Referência.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Todos os recursos a serem utilizados pela Companhia, para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes serão oriundos de sua geração operacional de caixa, financiamentos e emissões de debêntures existentes em seu balanço, inclusive ainda, podendo contar com eventuais aportes de capital adicionais de seus acionistas.

Conforme obrigação constante em seus contratos de financiamentos e escritura de debêntures, a Companhia não poderá, sem a prévia autorização do BNDES e demais agentes credores, emitir novos títulos ou valores mobiliários, nem assumir novas dívidas, sem que ocorra tais autorizações.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da dívida bruta da Companhia era de R\$ 4.711 milhões, sendo que R\$ 208 milhões representavam dívidas de curto prazo e R\$ 4.503 milhões correspondiam a dívidas de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da dívida bruta da Companhia era de R\$ 3.750 milhões, sendo que R\$ 129 milhões representavam dívidas de curto prazo e R\$ 3.621 milhões correspondiam a dívidas de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da dívida bruta da Companhia era de R\$ 3.790 milhões, sendo que R\$ 105 milhões representavam dívidas de curto prazo e R\$ 3.685 milhões correspondiam a dívidas de longo prazo.

A Companhia não contava, na referida data, com qualquer dívida indexada em moeda estrangeira.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia possuem as seguintes características conforme listado na tabela a seguir:

BNDES (VDP I)

A partir de dezembro de 2017 os parques eólicos da Ventos do Piauí I ("VPD I"), totalizando 7 entidades, captaram recursos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), no montante total de R\$ 849 milhões com vencimento do último contrato previsto para junho de 2034.

Os contratos com o BNDES (VDP I) contam com penhor de ações, cessão fiduciária dos recebíveis e direitos emergentes das autorizações, penhor de máquinas e equipamentos, garantia corporativa da Votorantim SA ("VSA"), e da Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis SA.

Os contratos com o BNDES (VDP I) preveem amortizações mensais do valor do principal, a qual foi iniciada em julho de 2018 e terá sua última parcela liquidada em junho de 2034.

Ainda, possuem o pagamento de juros mensais indexado a TJLP + 2,16% ao ano.

1ª Emissão de Debêntures São Vicente

Em junho de 2017 a Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. ("São Vicente") emitiu sua primeira emissão, em série única, de debêntures simples, com garantia fidejussória prestada por Votorantim S.A. ("VSA"), com vencimento em junho de 2024, com emissão no montante total de R\$ 100 milhões.

A 1ª Emissão de Debêntures São Vicente possui amortização bullet em maio de 2024 e pagamento de juros semestral de IPCA + 5,47% ao ano.

BNDES (VDA III) 16.2.0750.1

A partir de fevereiro de 2017 os parques eólicos de Ventos de Araripe III ("VDA III"), totalizando 14 entidades, captaram recursos junto ao BNDES no valor total de R\$ 472 milhões com vencimento em junho de 2035.

O contrato BNDES (VDA III) 16.2.0750.1 conta com penhor de ações, cessão fiduciária dos recebíveis e direitos emergentes das autorizações, penhor de máquinas e equipamentos, garantia corporativa da Votorantim S.A. ("VSA"), e Ventos de Santo Estevão Holding SA.

O contrato BNDES (VDA III) 16.2.0750.1 prevê amortizações mensais do valor do principal, a qual foi iniciada em fevereiro de 2018 e terá sua última parcela liquidada em junho de 2035.

Ainda, possui o pagamento de juros mensais indexado a TJLP + 2,49% ao ano.

Repasse Nº 01/2017

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A partir de maio de 2017 os parques eólicos de VDA III captaram recursos junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. e com o Banco Bradesco S.A., no valor total de R\$ 571 milhões com vencimento do último contrato previsto para dezembro de 2029.

O contrato Repasse Nº 01/2017 conta com penhor de ações, cessão fiduciária dos recebíveis e direitos emergentes das autorizações, penhor de máquinas e equipamentos, garantia corporativa da VTRM Energia Participações SA (antiga denominação da Auren Energia), e Ventos de Santo Estevão Holding SA.

O contrato Repasse Nº 01/2017 prevê amortizações mensais do valor do principal, a qual foi iniciada em julho de 2018 e terá sua última parcela liquidada em dezembro de 2029.

Ainda, possui o pagamento de juros mensais indexado a TJLP + 3,15% ao ano.

1ª Emissão de Debêntures Santo Estevão

Em outubro de 2017 a Ventos de Ventos de Santo Estevão Holding S.A. ("Santo Estevão") emitiu sua primeira emissão, em série única, de debêntures simples, com vencimento em julho de 2032, com emissão no montante total de R\$ 160 milhões.

A 1ª Emissão de Debêntures Santo Estevão contou com penhor de ações, cessão fiduciária dos recebíveis, penhor de máquinas e equipamentos, cessão fiduciária dos recebíveis e direitos emergentes das autorizações e fiança bancária da ("VSA")

A emissão possui amortização semestral, iniciada em junho de 2018 e pagamento de juros remuneratórios semestral de IPCA + 6,99% ao ano.

BNDES (VDP II e III)

Em agosto de 2021 os parques eólicos de Ventos de Piauí II e III ("VDP II e III") captaram junto ao BNDES o montante de R\$ 537 milhões com vencimento da última parcela prevista para março de 2045.

Os contratos com o BNDES (VDP II e III) contam com penhor de ações, cessão fiduciária dos recebíveis e direitos emergentes das autorizações, penhor de máquinas e equipamentos, garantia corporativa da VTRM Energia Participações SA (antiga denominação da Auren Energia).

Os contratos com o BNDES (VDP II e III) preveem amortizações mensais do valor do principal, a qual iniciará a partir de novembro de 2022 e terá sua última parcela liquidada em março de 2045.

Ainda, possuem o pagamento de juros mensais indexado a IPCA + 4,56% ao ano, o qual iniciarão a partir de novembro de 2022. Atualmente, os contratos estão sendo capitalizados.

1ª Emissão de Debêntures Companhia

Em dezembro de 2021 a Companhia emitiu sua primeira emissão de debêntures simples, em série única, de espécie quirografária, com vencimento em dezembro de 2024, no montante total de R\$300 milhões.

A 1ª Emissão de Debêntures da Companhia possui sistema de amortização bullet, através de uma única parcela, em dezembro de 2024 e pagamento de juros remuneratórios de CDI + 1,48% a.a.

11ª Emissão de Debêntures CESP

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em dezembro de 2018 a CESP Companhia Energética de São Paulo ("CESP") emitiu sua décima primeira emissão, em série única, de debêntures simples, da espécie quirografária, com vencimento em dezembro de 2025, com emissão no montante total de R\$ 1,8 bilhão.

A 11ª Emissão de Debêntures CESP prevê a amortização do principal em 4 parcelas anuais, iniciando a primeira em dezembro de 2022 e, pagamento de juros remuneratórios semestral de CDI + 1,64% ao ano, os quais iniciaram em junho de 2019.

12ª Emissão de Debêntures CESP

Em agosto de 2020 a CESP emitiu sua décima segunda emissão, em série única, de debêntures simples, da espécie quirografária, com vencimento em agosto de 2030, com emissão no montante total de R\$ 1,5 bilhão.

A 12ª Emissão de Debêntures CESP prevê a amortização do principal em 3 parcelas anuais, iniciando em agosto de 2028 e o pagamento de juros remuneratórios semestral de IPCA + 4,30% ao ano, os quais iniciaram em fevereiro de 2021.

Abaixo apresentamos a abertura do saldo devedor dos contratos de empréstimo e financiamentos acima mencionados:

Contratos	Saldo 2021 (R\$ mil)	Saldo 2020 (R\$ mil)	Saldo 2019 (R\$ mil)
BNDES (VDP I)	664.543	716.331	768.790
1º Emissão de debêntures São Vicente	129.062	116.534	111.228
BNDES (VDA) 16.2.0750.1	454.749	462.277	470.179
Repasse Nº 01/2017	436.064	467.826	493.904
1º Emissão de debêntures Santo Estevão Holding	180.927	167.646	162.556
BNDES (VDP II e III)	549.942	-	-
11º Emissão de debêntures CESP	299.181	297.876	1.784.092
12º Emissão de debêntures CESP	1.696.732	1.521.198	-
1ª Emissão de debentures VTRM (antiga denominação da Auren Energia)	299.674	-	-
		-	-
Total	4.710.874	3.749.688	3.790.749

O cronograma de previsão de pagamento dos empréstimos e financiamentos circulante e não circulante está apresentado a seguir:

Modalidade	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
IPCA	32.510	17.313	150.397	31.494	31.494	31.494	602.423	602.423	1.057.115
TJLP	100.077	103.519	107.964	112.410	116.856	130.180	150.873	166.120	566.487
CDI	75.034	73.920	375.384	74.517	-	-	-	-	-
Total	207.621	194.752	633.745	218.420	148.350	161.674	753.296	768.543	1.623.602

i) Valores de apropriação de custo de transação.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Adicionalmente, a Companhia possui contratos de financiamentos e escrituras de debêntures, as quais possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros, em determinados níveis (covenants financeiros), como a manutenção do ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) consolidado igual ou superior a 1,20x, pelo período de 12 (doze) meses consecutivos, correspondente ao EBITDA menos IRPJ e CSLL dividido pelo Serviço da Dívida (amortização de principal acrescido de pagamento de juros), até a liquidação destes instrumentos, dentre outras obrigações e condições não financeiras. Com exceção da 1ª Emissão de Debêntures da VTRM (antiga denominação da Auren Energia), da São Vicente, da 11ª Emissão de Debêntures CESP e da 12ª Emissão de Debêntures CESP que não possuem indicadores financeiros.

Em relação ao ICSD igual ou superior a 1,20x, a ser verificado por meio de demonstrativos consolidados e auditados por auditores independentes contrato de financiamentos e escrituras de debêntures, equivalente:

ICSD anual < 1,20: a SPE fica obrigada a preencher a Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES em montante equivalente a 6 vezes o valor da prestação vencida do respectivo serviço da dívida;

ICSD anual \geq 1,20: a SPE fica obrigada a preencher a Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES em montante equivalente a 3 vezes o valor da prestação vencida do respectivo serviço da dívida.

Nos exercícios de 2021, 2020 e 2019 o ICSD, único e exclusivo indicador financeiro da Companhia, atrelado aos instrumentos de financiamento e escrituras de debêntures, a qual configura parte, teve as seguintes apurações:

ICSD	2021	2020	2019	Mínimo
VDA	0,37(i)	1,08***	0,88*	1,20
Vinicius	1,48	1,34	1,19**	1,20
Alberto	1,50	1,33	1,09**	1,20
Agostinho	1,43	1,26	1,13**	1,20
Albertina	1,41	1,32	1,14**	1,20
Casimiro	1,47	1,30	1,13**	1,20
Adeodato	1,43	1,37	1,17**	1,20
Afonso	1,60	1,46	1,25	1,20

(i) Em 2021 a Companhia obteve anuência de seus credores em relação ao não atingimento do ICSD no exercício social de 2021.

**VDP: Em razão do não atingimento do indicador mínimo obrigatório, a Companhia obteve anuência do BNDES.

*** Em razão do não atingimento do indicador mínimo obrigatório, a Companhia obteve anuência do BNDES.

A controlada Ventos de Santo Estevão Holding S.A obteve anuência de seus credores para o não atingimento do ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) consolidado, maior ou igual a 1,2, exclusivamente no exercício social encerrado de 2021.

A Companhia e suas controladas permanecem monitorando todas as condições restritivas, cláusulas financeiras e não financeiras de seus contratos de financiamentos e escrituras de debêntures, a fim de garantir que sejam adequadamente cumpridas.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021, com exceção do ICSD apurado no exercício social de 2021 da controlada Ventos de Santo Estevão Holding S.A, conforme supracitado, todas as obrigações financeiras e não financeiras foram rigorosamente cumpridas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Com exceção das relações constantes dos contratos de financiamento descritos no item 10.1.f(i), a Companhia não mantém outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não há subordinação entre qualquer contrato de financiamento e/ou as debêntures acima mencionadas ou ordem de precedência entre os credores.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia possui contratos de financiamentos junto ao BNDES Finem e escrituras de debêntures, que possuem cláusulas restritivas covenants. Os covenants são cláusulas contratuais exigidas nos contratos de financiamentos e empréstimos, que controlam as atividades da Companhia, criadas para proteger o interesse do credor.

Estas obrigações estabelecem condições que não podem ser descumpridas, caso isto ocorra, e se configurado o descumprimento de quais dos covenants financeiros e/ou não financeiros, o credor poderá exigir o vencimento antecipado da dívida (default), dentre as quais:

I. manutenção do ICSD do no mínimo 1,2 pelo período de 12 (doze) meses consecutivos, sendo que :

ICSD anual < 1,20: a SPE fica obrigada a preencher a conta reserva do serviço da dívida do BNDES em montante equivalente a 6 vezes o valor da prestação vencida do respectivo serviço da dívida;

ICSD anual \geq 1,20: a SPE fica obrigada a preencher a conta reserva do serviço da dívida do BNDES em montante equivalente a 3 vezes o valor da prestação vencida do respectivo serviço da dívida.

II. não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, inclusive sob a forma de cancelamento de "AFACs" (Adiantamentos Para Futuro Aumento de Capital), cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado do exercício anterior, salvo se prévia e expressamente autorizado pelos seus credores, ou se forem integralmente cumpridos os seguintes requisitos, depois de atestados por escrito a emissão da declaração de conclusão do projeto.

III não celebrar quaisquer mútuos ou empréstimos, inclusive sob a forma de adiantamentos para futuro aumento de capital social - "AFACs", com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico, sem prévia e expressa autorização de seus credores, durante o prazo de vigência de seus contratos de financiamentos, ressalvados: (i) os contratos de mútuo ou AFACs celebrados para fins de implantação do projeto, os quais deverão ser pagos ou cancelados, conforme o caso, até a conclusão do projeto e (ii) os contratos de mútuos celebrados na forma de garantias da operação.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Contraparte	Percentual liberado	Valor total financiado (R\$ mil)*
Piauí I	100%	946.700
BNDES	100%	846.700
Debêntures	100%	100.000
Piauí II e III	33,20%	1.617.386
BNDES	33,20%	1.617.386
Araripe III	100%	1.198.000
Repasse	100%	570.900
BNDES	100%	467.100
Debêntures	100%	160.000
Sol do Piauí	0%	189.982
BNDES	0%	189.982
CESP	100%	3.300.000
Debêntures	100%	1.800.000
Debêntures	100%	1.500.000
Companhia	100%	300.000
Debêntures	100%	300.000
Total		7.552.068

* Valor do financiamento para o projeto, não leva em consideração os projetos sociais;

A Companhia ainda possui recursos a serem reembolsados derivados de seus contratos de financiamentos – projetos de longo prazo, condicionados ao cumprimento e comprovação das obrigações acordadas em seus contratos de financiamentos (no caso do BNDES, à comprovação da utilização dos recursos).

Em julho de 2021, o BNDES anunciou que apoiará a implantação de 10 sociedades de propósitos específicos (SPEs), dos Complexos Eólicos Ventos do Piauí II e III, atualmente em construção. O montante financiado será de R\$ 1,6 bilhão. Deste montante total, em agosto de 2021, as empresas de VDP II e III, captaram 33%, correspondente a R\$ 537 milhões.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise das principais variações referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

A tabela abaixo mostra informações extraídas das Demonstrações dos Resultados consolidada da Companhia, para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, com análise horizontal e vertical.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS (em mil de R\$, exceto em %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2021			2020
	R\$	AH(%)	AV(%)	R\$
Receita líquida da venda de energia dos serviços prestados	2.624.114	14%	100%	2.307.057
Custo com energia elétrica	(1.328.735)	70%	-51%	(779.350)
Custo com operação	(682.676)	9%	-26%	(628.426)
Repactuação do risco hidrológico	781.974		30%	-
Lucro bruto	1.394.677	55%	53%	899.281
Despesas operacionais				
Gerais e administrativas	(168.190)	11%	-6%	(151.054)
Outras receitas operacionais, líquidas	133.420	-20%	5%	165.878
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	1.359.907	49%	52%	914.105
Resultado financeiro líquido				
Receitas financeiras	95.079	115%	4%	44.304
Despesas financeiras	(862.126)	12%	-33%	(766.710)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	592.860	209%	23%	191.699
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	(40.496)	-14%	-2%	(47.049)
Diferidos	(240.288)	-116%	-9%	1.505.820
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas	312.076	-81%	12%	1.650.470
Lucro básico e diluído por lote de mil ações, em reais	157,21	-81%		831,43

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita Operacional Líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$ 2,6 bilhão, e teve um aumento de R\$ 317 milhões (+14%) em relação ao ano de 2020, majoritariamente decorrente de:

Aumento de R\$ 375 milhões em função (i) do crescimento do volume e incremento significativo relevante no preço médio das operações de trading realizadas pela CESP Comercializadora no período e (ii) dos reajustes nos preços de energia dos contratos bilaterais da CESP Geradora;

Parcialmente compensados pela (i) redução de R\$ 71 milhões no parque eólico de Araripe III, como reflexo do ressarcimento anual registrado, consequência do incidente ocorrido com o transformador de força e (ii) pelo aumento de R\$ 13 milhões no faturamento do parque eólico de Piauí.

CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E COM OPERAÇÃO

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os custos com energia elétrica e operação totalizaram R\$ 2.011 milhões em 2021, e tiveram um aumento de R\$ 604 milhões (+43%), majoritariamente decorrente de:

Os custos com energia elétrica foram de R\$ 1.329 milhões, um aumento de R\$ 549 milhões, resultado do (i) incremento no volume de energia comprada para equalizar o balanço energético da CESP do ano, combinado com aumento no preço de energia quando comparado com 2020 pela manutenção do cenário hidrológico desfavorável em 2021, e (ii) do reflexo das operações de trading realizadas pela CESP Comercializadora e (iii) aumento de encargos de energia elétrica.

Os custos com operação totalizaram R\$ 683 milhões, um aumento de R\$ 54 milhões, devido principalmente ao aumento nos serviços de terceiros, gastos com materiais, manutenção e conservação e aumento com manutenção dos aerogeradores, em comparação ao ano anterior.

REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO

Houve o registro de R\$ 782 milhões, referente ao reconhecimento dos efeitos do risco hidrológico na CESP, resultado da homologação dos cálculos de extensão de concessão das UHES Paraibuna, em R\$ 43 milhões e Porto Primavera, em R\$ 739 milhões.

DESPESAS OPERACIONAIS

Gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 168 milhões em 2021, e tiveram um aumento de R\$ 17 milhões (+11%), decorrente do andamento normal dos negócios da Companhia.

Outras receitas operacionais, líquidas:

Os outros resultados operacionais, totalizaram R\$ 133 milhões em 2021, e tiveram uma redução de R\$ 32 milhões (-20%), majoritariamente decorrente da combinação dos seguintes fatores: (i) reversão de provisão para litígios da CESP (+R\$ 159 milhões), (ii) provisão para impairment do risco hidrológico (-R\$ 299 milhões), compensado parcialmente pela reversão de impairment sobre imobilizado (R\$ +50 milhões), (iii) reconhecimento da indenização sobre os lucros cessantes relativo ao incidente ocorrido em fevereiro de 2021 com um dos transformadores da subestação de Araripe III (+R\$ 46 milhões), (iv) impacto da marcação a mercado dos contratos futuros de energia da CESP Comercializadora (+R\$ 34 milhões), (v) aumento nas provisões relativas às obrigações socioambientais (+R\$ 4 milhões) e, (vi) aumento nos gastos com serviços de terceiros (+R\$ 9 milhões).

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido, totalizou uma despesa financeira líquida de R\$ 767 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 45 milhões (6%), em grande parte decorrente de:

As receitas financeiras foram de R\$ 95 milhões, um aumento de R\$ 51 milhões devido ao crescimento da receita com rendimentos de aplicações financeiras e ajuste a valor presente da operação de alienação de investidas;

As despesas financeiras foram de R\$ 862 milhões, um aumento de R\$ 95 milhões devido a atualização monetária sobre debêntures e empréstimos, atualização do passivo atuarial da CESP, parcialmente compensado pela redução da despesa com atualização do saldo de provisão para litígios e baixa de atualização monetária sobre depósitos judiciais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**IMPOSTO DE RENDA (IR) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)**

A despesa com IR e CSLL do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 281 milhões, comparado à uma receita de R\$ 1.459 milhões em 2020, o que representa uma variação negativa de R\$ 1.740 milhões, sendo explicada em grande parte pelo (i) reconhecimento em 2020 pela CESP de R\$ 1.496 milhões de impostos diferidos líquidos (essencialmente sobre prejuízo fiscal e base negativa, no valor de R\$ 1,5 bilhões), (ii) efeito de impostos diferidos sobre a repactuação do risco hidrológico e o respectivo impairment e, (iii) e reversão de impairment sobre ativo imobilizado.

RESULTADO LÍQUIDO

O resultado líquido de 2021 apresentou lucro de R\$ 312 milhões, contra um lucro de R\$ 1.650 milhões em 2020. O principal impacto dessa variação negativa no lucro de R\$ 1.338 milhões deve-se essencialmente ao reconhecimento em 2020 pela CESP dos impostos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa conforme mencionado acima, e pelos efeitos combinados dos demais eventos descritos anteriormente.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Análise comparativa dos balanços patrimoniais consolidados de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

A tabela abaixo mostra informações extraídas do Balanço Patrimonial consolidado da Companhia, para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, com análise horizontal e vertical.

BALANÇO PATRIMONIAL (em mil de R\$, exceto em %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2021			2020	
	R\$	AH(%)	AV(%)	R\$	AV(%)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	1.595.818	45%	8%	1.102.652	6%
Aplicações financeiras	77.751	100%	0%	-	0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Fundo de liquidez - conta reserva	6.153	-9%	0%	6.740	0%
Contas a receber de clientes	328.631	-15%	2%	384.390	2%
Tributos a recuperar	36.714	-44%	0%	65.624	0%
Partes relacionadas	3.678	-48%	0%	7.043	0%
Ordens de projetos - P&D	5.076	-90%	0%	52.685	0%
Contratos futuros de energia	270.815	163%	1%	103.139	1%
Outros ativos	18.936	-13%	0%	21.712	0%
	2.343.572	34%	12%	1.743.985	9%
Ativos disponíveis para venda	8.428	100%	0%	-	0%
	8.428	100%	0%	-	0%
Não circulante					
Fundo de liquidez - conta reserva	100.048	31%	1%	76.295	0%
Partes relacionadas	66.311	481%	0%	11.421	0%
Cauções e depósitos judiciais	195.968	-25%	1%	260.496	1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.408.893	-14%	17%	3.954.680	21%
Almoxarifado	6.042	-3%	0%	6.199	0%
Contratos futuros de energia	341.292	1249%	2%	25.297	0%
Ativo sujeito à indenização	1.739.161	0%	9%	1.739.161	9%
Outros ativos	842	137%	0%	355	0%
	5.858.557	-4%	30%	6.073.904	33%
Imobilizado	8.980.282	2%	46%	8.825.418	48%
Intangível	2.366.432	34%	12%	1.770.768	10%
Outros ativos	5.283	-18%	0%	6.433	0%
	11.351.997	7%	58%	10.602.619	58%
Total do ativo	19.562.554	6%	100%	18.420.508	100%

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 1.596 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 493 milhões (+45%) em relação a 31 de dezembro de 2020, principalmente pelos seguintes efeitos combinados: (i) geração de caixa pelas atividades operacionais (+R\$ 1.390 milhões), (ii) novas captações de debêntures e financiamentos realizadas no ano pela Auren e pelos parques eólicos de Ventos do Piauí II e III (+R\$ 839 milhões), (iii) adiantamentos e pagamentos realizados aos fornecedores dos parques eólicos de Ventos do Piauí II e III relativo às obras (-R\$ 713 milhões), (iv) pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas não controladores da CESP (-R\$ 598 milhões) e, (v) pagamentos de principal e juros de empréstimos e financiamentos (-R\$ 326 milhões).

CONTRATOS FUTUROS DE ENERGIA (análise do efeito líquido da variação entre os saldos de ativo e passivo de curto e longo prazos)

Apesar das variações apresentadas nos saldos de ativos de curto e longo prazos nas contas relativas aos contratos futuros de energia, é necessário que a análise quanto à variação considere o efeito líquido entre os saldos de ativos e passivos de curto e longo prazos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Considerando esse fato, o saldo líquido das contas de ativo e passivo de curto e longo prazos em 31 de dezembro de 2021 foi um passivo de R\$ 8.209 milhões, comparado a um saldo líquido passivo de R\$ 21.444 milhões, o que representa uma variação de cerca de R\$ 13 milhões, e está relacionada aos novos contratos de venda e compra de energia convencional e incentivada negociados pela CESP Comercializadora.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo líquido, totalizou R\$ 3.409 milhões em 2021, e teve uma redução de R\$ 546 milhões (-14%) em relação a 2020, sendo os maiores impactos o reconhecimento de imposto diferido passivo sobre a atualização do plano de pensão, repactuação de risco hidrológico, baixa do imposto diferido ativo sobre provisão para litígios, compensados parcialmente pelo aumento do imposto diferido ativo sobre provisão para impairment e sobre atualização de depósitos judiciais, todos na controlada CESP.

IMOBILIZADO

O saldo de imobilizado totalizou R\$ 8.980 milhões em 31 de dezembro de 2021, um aumento de R\$ 155 milhões (2%) em relação a 2020, substancialmente pelo efeito das adições de obras em andamento no valor de R\$ 723 milhões, principalmente relativas ao projeto de Ventos do Piauí II e III que está em fase de construção, compensado em partes pela depreciação incorrida no ano de R\$ 461 milhões, pela amortização do ajuste ao valor justo sobre itens do imobilizado de R\$ 29 milhões e pela reversão de provisão para impairment sobre o imobilizado da CESP de R\$ 51 milhões, conforme já citado anteriormente.

INTANGÍVEL

O saldo de intangível totalizou R\$ 2.366 milhões em 31 de dezembro de 2021, um aumento de R\$ 596 milhões (34%) em relação a 2020, principalmente em razão (i) do registro da repactuação do risco hidrológico na controlada CESP, líquido de impairment (+R\$ 483 milhões), (ii) aquisição dos projetos solar (Jaíba V) e eólico (Iris) (+R\$ 88 milhões e +R\$ 75 milhões, respectivamente), (iii) compensados em partes pela amortização do período (-R\$ 96 milhões).

BALANÇO PATRIMONIAL (em mil de R\$, exceto em %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2021			2020	
	R\$	AH(%)	AV(%)	R\$	AV(%)
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	208.959	62%	1%	128.977	1%
Fornecedores	225.578	52%	1%	147.934	1%
Arrendamentos	1.824	2%	0%	1.787	0%
Instrumentos financeiros derivativos	12.699	-87%	0%	95.084	1%
Contratos futuros de energia	282.619	135%	1%	120.475	1%
Obrigações estimadas e folha de pagamento	23.893	-7%	0%	25.729	0%
Tributos a recolher	37.709	-30%	0%	53.614	0%
Encargos setoriais	20.170	-74%	0%	76.507	0%
Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	249.692	-60%	1%	632.008	3%
UBP - Uso do bem público	42.462	3%	0%	41.307	0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos	44.065	28%	0%	34.478	0%
Provisão de ressarcimento	325.557	404%	2%	64.582	0%
Outros passivos	126.728	420%	1%	24.381	0%
	1.601.955	11%	8%	1.446.863	8%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	4.501.915	24%	23%	3.620.711	20%
Fornecedores	74.216	79%	0%	41.538	0%
Arrendamentos	3.674	-24%	0%	4.820	0%
Instrumentos financeiros derivativos	-	-100%	0%	9.141	0%
Contratos futuros de energia	337.697	1048%	2%	29.405	0%
Tributos a recolher	13.396	27%	0%	10.525	0%
Encargos setoriais	-	-100%	0%	1.240	0%
Partes relacionadas	64.182	278%	0%	16.970	0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	352.024	-1%	2%	357.238	2%
UBP - Uso do bem público	87.531	-23%	0%	114.057	1%
Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos	270.276	18%	1%	229.335	1%
Provisão de ressarcimento	7.970	-90%	0%	76.221	0%
Provisões	1.329.412	-24%	7%	1.748.306	10%
Benefícios pós-emprego	1.785.499	-26%	9%	2.412.379	13%
Outros passivos	86.291	79%	0%	48.103	0%
	8.914.083	3%	54%	8.719.989	47%
Patrimônio líquido					
Capital social	3.000.836	1%	15%	2.977.988	16%
Reservas de lucros	1.861.941	21%	10%	1.537.847	8%
Ajustes de avaliação patrimonial	(405.374)	-36%	-2%	(636.478)	-3%
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	4.457.403	15%	23%	3.879.357	21%
Participação dos acionistas não controladores	4.589.112	5%	23%	4.374.299	24%
Total do patrimônio líquido	9.046.515	10%	46%	8.253.656	45%
Total do passivo e patrimônio líquido	19.562.553	6%	100%	18.420.508	100%

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos totalizaram R\$ 4.711 milhões em 31 de dezembro de 2021, e teve um aumento de R\$ 961 milhões em relação a 2020, sendo o principal impacto referente novas captações nos parques eólicos Ventos do Piauí II e III e a emissão de debêntures pela Auren, no total de R\$ 839 milhões, adicionado às atualizações monetárias e juros incorridos de R\$ 456 milhões no total, parcialmente compensado pela liquidação de principal e juros no montante de R\$ 326 milhões.

DIVIDENDOS A PAGAR E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

O saldo de dividendos a pagar e juros sobre capital próprio totalizaram R\$ 250 milhões em 31 de dezembro de 2021, e teve uma redução de R\$ 382 milhões em relação a 2020, sendo os principais impactos relativos à reversão do montante provisionado de R\$ 279 milhões em conjunto com o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio destacados em

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2020 aos acionistas controladores e não controladores no montante de R\$ 352 milhões, além do destaque de R\$ 236 milhões de dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas não controladores da CESP.

PROVISÃO DE RESSARCIMENTO

O aumento de R\$ 193 milhões nos saldos de curto e longo prazos é resultado, principalmente, do incidente ocorrido com o transformador de força da subestação do complexo eólico Vento de Araripe III, o qual resultou na paralização parcial do complexo e acarretou na incidência de ressarcimento anual e quadrienal passivo para compensar a paralização.

PROVISÕES

O saldo de provisões totalizou R\$ 1.329 milhões em 31 de dezembro de 2021, e teve uma redução de R\$ 419 milhões em relação a 2020, sendo os principais impactos as reversões e pagamentos de ações cíveis e trabalhistas na CESP, nos valores de R\$ 426 milhões e R\$ 160 milhões, respectivamente, parcialmente compensados pela atualização monetária sobre os saldos em aberto, no montante de R\$ 167 milhões.

BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

O saldo do passivo relativo aos benefícios pós emprego foi de R\$ 1.785 milhões em dezembro de 2021, e teve uma redução de R\$ 627 milhões em relação a 2020, principalmente devido à atualização das premissas envolvidas no cálculo atuarial do plano de pensão da controlada CESP, mais especificamente relacionadas à remensuração da taxa de desconto utilizada, a qual é atrelada à inflação do país que apresentou aumento no período, quando comparada com a taxa de dezembro de 2020, em razão do cenário econômico.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido totalizou R\$ 9.047 milhões em 31 de dezembro de 2021, um aumento R\$ 578 milhões em relação a 2020, sendo os principais impactos no ano a reversão de dividendos referente a exercícios anteriores, o impacto da atualização do passivo relacionado ao plano de pensão da controlada CESP, em conjunto com o reconhecimento do resultado do exercício.

Análise das principais variações referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

A tabela abaixo mostra informações extraídas das Demonstrações dos Resultados consolidada da Companhia, para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, com análise horizontal e vertical.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS (em mil de R\$, exceto em %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2020			2019
	R\$	AH(%)	AV(%)	R\$
Receita líquida da venda de energia dos serviços prestados	2.307.057	15%	100%	2.003.499
Custo com energia elétrica	(779.350)	10%	-34%	(706.231)
Custo com operação	(628.426)	4%	-27%	(606.524)
Lucro bruto	899.281	30%	39%	690.744

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas operacionais				
Gerais e administrativas	(151.054)	-52%	-7%	(312.520)
Outras receitas operacionais, líquidas	165.878	-80%	7%	817.141
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	914.105	-24%	40%	1.195.365
Resultado financeiro líquido				
Receitas financeiras	44.304	-54%	2%	96.226
Despesas financeiras	(766.710)	20%	-33%	(637.980)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	191.699	-71%	8%	653.611
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	(47.049)	145%	-2%	(19.168)
Diferidos	1.505.820	80%	65%	837.032
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas	1.650.470	12%	72%	1.471.475
Lucro básico e diluído por lote de mil ações, em reais	831,43	12%		741,26

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita Operacional Líquida em 2020 totalizou R\$ 2,3 bilhões, e teve um aumento de R\$ 304 milhões (+15%) em relação a 2019, sendo os maiores impactos:

Início da operação da CESP comercializadora em 2020 (+R\$ 200 milhões) e da aplicação de condições de sazonalidade de garantia física nos contratos existentes, flexibilidade dos contratos e efeitos cambial dos contratos indexados ao dólar norte-americano (+ R\$ 254 milhões) na CESP.

Os efeitos de acréscimos foram parcialmente compensados por redução da CESP no montante de R\$ 116 milhões devido a liquidação de derivativos reconhecidos como hedge accounting. Adicionalmente houve uma redução de R\$ 42 milhões, devido ao maior volume de provisões de ressarcimento registradas em 2020, em razão do incidente com o transformador no complexo eólico Araripe III.

CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E COM OPERAÇÃO

Os custos com energia elétrica e com operação totalizaram R\$ 1,4 bilhão, aumento de R\$ 95 milhões (+7%) em relação a 2019 que pode ser explicado com os seguintes aspectos:

Os custos com energia elétrica totalizaram R\$ 779 milhões em 2020, e tiveram um aumento de R\$ 73 milhões (+10%), majoritariamente devido ao aumento de R\$ 62 milhões de energia comprada e encargos setoriais, decorrente, principalmente, da compra de energia para operações de trading pela CESP Comercializadora.

Os custos com operação totalizaram R\$ 628 milhões em 2020, e tiveram um aumento de R\$ 21 milhões (+4%), em grande parte devido ao registro de depreciação e amortização a maior no exercício, impactado principalmente pelo registro de bônus de outorga na CESP ao final do período de 2019, que passou a ser amortizado e afetou parcialmente o resultado de 2019 e a totalidade do resultado de 2020;

DESPESAS OPERACIONAIS**Gerais e administrativas**

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 151 milhões em 2020, e tiveram uma redução de R\$ 162 milhões (-52%), majoritariamente devido as movimentações abaixo:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Redução de R\$ 90 milhões com despesas dos programas de demissão voluntária (PDVs), ocorridos em 2019 na CESP, fato este que não se repetiu para o exercício de 2020;

Redução de R\$ 41 milhões, resultado da redução das despesas com pessoal em 2020 na CESP e redução de R\$ 14 milhões, resultado da redução das despesas com serviços de terceiros, seguros, entre outras despesas em 2020 na CESP;

Outras receitas operacionais, líquidas

As outras receitas operacionais totalizaram R\$ 166 milhões em 2020, e tiveram uma redução de R\$ 650 milhões (-80%), devido as movimentações abaixo:

Redução de R\$ 613 milhões referente a realização dos saldos de ágio de outorga, contingências, direito de uso e imobilizado, reconhecidos após conclusão do laudo de PPA relativo à aquisição da CESP, em 2019.

Redução de R\$ 129 milhões referente ao menor valor de reversões registrado ao longo do exercício com provisões para litígios e baixa de depósitos judiciais na CESP;

Redução de R\$ 112 milhões, referente ao registro de reversão de impairment de ativo imobilizado na CESP, em 2019;

Aumento de R\$ 230 milhões, referente ao ajuste de ativo contingente (Ilha Solteira e Jupia) na CESP, realizado em 2019, fato este que não ocorreu no ano de 2020;

RESULTADO FINANCEIRO

Aumento de R\$ 180 milhões (+34%) nas despesas financeiras, líquido das receitas financeiras. A variação pode ser explicada por:

Despesas financeiras e tiveram um aumento de R\$ 132 milhões (+21%), devido aumento de R\$ 77 milhões, de atualização monetária dos saldos de provisão para litígio na CESP e aumento de R\$ 60 milhões de atualização sobre o saldo passivo relativo à entidade de previdência da CESP;

Despesas financeiras de baixa de depósitos judiciais na CESP no montante de R\$ 27 milhões; e

Aumento de R\$ 14 milhões, referente a apropriação de custos de captação devido à amortização parcial da 11ª emissão de debêntures da CESP.

IMPOSTO DE RENDA (IR) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

O resultado com IR e CSLL em 2020 foi de R\$ 1,45 bilhão, sendo R\$ 47 milhões referente ao IR e CSLL correntes, e constituição de R\$ 1,5 bilhão de impostos diferidos ativos. Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis foram 100% reconhecidos em 2020, de acordo com probabilidade de realização de lucros futuros. O reconhecimento é oriundo, principalmente, do prejuízo fiscal (base negativa), provisão para impairment, provisão para litígios e provisão para ativos regulatórios, realizado conforme norma contábil, uma vez que a Instrução CVM 371/2002, que limitava em 10 anos o reconhecimento, foi revogada em agosto de 2020. Importante destacar que todas as compensações ocorrerão dentro do prazo da concessão da UHE de Porto Primavera, conforme expectativa da Companhia, de geração de lucros tributáveis futuros

RESULTADO LÍQUIDO

O resultado líquido de 2020 apresentou lucro de R\$ 1,65 bilhão, contra um lucro de R\$ 1,47 bilhão em 2019. O principal impacto no lucro deste ano é o reconhecimento do IR/CSLL diferido no montante de R\$1,5 bilhão.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO**

Análise comparativa dos balanços patrimoniais consolidados de 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

A tabela abaixo mostra informações extraídas do Balanço Patrimonial consolidado da Companhia, para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, com análise horizontal e vertical.

BALANÇO PATRIMONIAL (em mil de R\$, exceto em %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2020			2019	
	R\$	AH(%)	AV(%)	R\$	AV(%)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	1.102.652	12%	6%	987.356	6%
Fundo de liquidez - conta reserva	6.740	40%	0%	4.824	0%
Instrumentos financeiros derivativos	-	-100%	0%	18.718	0%
Contas a receber de clientes	384.390	23%	2%	312.087	2%
Tributos a recuperar	65.624	518%	0%	10.624	0%
Partes relacionadas	7.043	100%	0%	-	0%
Opção de compra ventos do Piauí II e III	-	-100%	0%	10.000	0%
Ordens de projetos - P&D	52.685	-36%	0%	82.793	1%
Contratos futuros de energia	103.139	100%	1%	-	0%
Outros ativos	21.712	2%	0%	21.219	0%
	1.743.985	20%	9%	1.447.621	9%
Não circulante					0%
Contratos futuros de energia	25.297	100%	0%	-	0%
Instrumentos financeiros derivativos	-	-100%	0%	21.225	0%
Fundo de liquidez - conta reserva	76.295	-1%	0%	76.822	0%
Partes relacionadas	11.421	100%	0%	-	0%
Cauções e depósitos judiciais	260.496	-24%	1%	343.979	2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.954.680	111%	21%	1.877.412	11%
Almoxarifado	6.199	-19%	0%	7.611	0%
Ativo sujeito à indenização	1.739.161	1%	9%	1.719.390	10%
Outros ativos	355	0%	0%	355	0%
	6.073.904	50%	33%	4.046.794	
Imobilizado	8.825.418	-4%	48%	9.170.851	56%
Intangível	1.770.768	3%	10%	1.720.444	10%
Outros ativos	6.433	-12%	0%	7.299	0%
	10.602.619	-3%	58%	10.898.594	66%
Total do ativo	18.420.508	12%	100%	16.393.009	100%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

CONTAS A RECEBER

O saldo de contas a receber de clientes totalizou R\$ 384 milhões em dezembro de 2020, um aumento de R\$ 72 milhões em relação ao ano de 2019, este aumento deve-se, principalmente, pelo início das operações de trading em 2020 com a CESP Comercializadora.

TRIBUTOS A RECUPERAR

O saldo de tributos a recuperar totalizou R\$ 66 milhões em dezembro de 2020, um aumento de R\$ 55 milhões em relação ao ano de 2019, decorrente da antecipação de IRPJ e CSLL pelo cálculo por estimativa durante o exercício de 2020 na CESP, pois em dezembro de 2020, com a deliberação de pagamento de Juros sobre capital próprio, houve redução no lucro tributável da Companhia, gerando um saldo relevante de tributos a recuperar.

CAUÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

O saldo de cauções e depósitos judiciais totalizaram R\$ 260 milhões, uma redução de R\$ 83 milhões em relação ao ano de 2019, em razão, principalmente, de baixa de depósitos judiciais já levantados pelas contrapartes, identificados no processo de conciliação dos depósitos judiciais. Cabe ressaltar, que essa contabilização é resultado do avanço no processo de análise criteriosa do contencioso passivo e dos depósitos judiciais correspondentes aos processos.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos totalizaram R\$ 4 bilhões em dezembro de 2020, um aumento de R\$ 2 bilhões em relação ao ano de 2019, devido aos impostos diferidos ativos da CESP decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis que foram 100% reconhecidos em 2020, de acordo com probabilidade de realização de lucros futuros. O reconhecimento é oriundo, principalmente, do prejuízo fiscal (base negativa), provisão para impairment, provisão para litígios e provisão para ativos regulatórios, realizado conforme norma contábil, uma vez que a Instrução CVM 371/2002, que limitava em 10 anos o reconhecimento, foi revogada em agosto de 2020. Importante destacar que todas as compensações ocorrerão dentro do prazo da concessão da UHE de Porto Primavera, conforme expectativa da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BALANÇO PATRIMONIAL (em mil de R\$, exceto em %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2020			2019	
	R\$	AH(%)	AV(%)	R\$	AV(%)
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	128.977	22%	1%	105.315	1%
Fornecedores	147.934	88%	1%	78.854	0%
Arrendamentos	1.787	7%	0%	1.674	0%
Instrumentos financeiros derivativos	95.084	100%	1%	-	0%
Contratos futuros de energia	120.475	100%	1%	-	0%
Obrigações estimadas e folha de pagamento	25.729	11%	0%	23.200	0%
Tributos a recolher	53.614	69%	0%	31.788	0%
Encargos setoriais	76.507	-24%	0%	100.200	1%
Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	632.008	28%	3%	494.733	3%
UBP - Uso do bem público	41.307	41%	0%	29.275	0%
Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos	34.478	17%	0%	29.529	0%
Provisão de ressarcimento	64.582	652%	0%	8.584	0%
Outros passivos	24.381	-72%	0%	87.293	1%
	1.446.863	46%	8%	990.445	6%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	3.620.711	-2%	20%	3.685.467	22%
Fornecedores	41.538	100%	0%	-	0%
Arrendamentos	4.820	-16%	0%	5.734	0%
Instrumentos financeiros derivativos	9.141	100%	0%	-	0%
Contratos futuros de energia	29.405	100%	0%	-	0%
Tributos a recolher	10.525	0%	0%	10.525	0%
Encargos setoriais	1.240	-90%	0%	12.014	0%
Partes relacionadas	16.970	100%	0%	-	0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	357.238	-3%	2%	366.474	2%
UBP - Uso do bem público	114.057	-28%	1%	158.355	1%
Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos	229.335	-3%	1%	235.676	1%
Provisão de ressarcimento	76.221	88%	0%	40.621	0%
Provisões	1.748.306	-4%	9%	1.814.375	11%
Benefícios pós-emprego	2.412.379	188%	13%	836.995	5%
Outros passivos	48.103	-13%	0%	55.083	0%
	8.719.989	21%	47%	7.221.319	44%
Patrimônio líquido					
Capital social	2.977.983	0%	16%	2.977.983	18%
Reservas de lucros	1.537.852	45%	8%	1.061.436	6%
Ajustes de avaliação patrimonial	(636.478)	207%	-3%	(207.128)	-1%
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	3.879.357	1%	21%	3.832.291	23%
Participação dos acionistas não controladores	4.374.299	1%	24%	4.348.954	27%
Total do patrimônio líquido	8.253.656	1%	45%	8.181.245	50%
Total do passivo e patrimônio líquido	18.420.508	12%	100%	16.393.009	100%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

FORNECEDORES

O saldo de fornecedores totalizou R\$ 189 milhões em dezembro de 2020, um aumento de R\$ 110 milhões em comparação ao ano de 2019, o aumento de saldo de fornecedores, é resultado do exercício de opção de compra dos complexos Ventos do Piauí II e III, a transação de compra e venda foi concluída em 10 de julho de 2020, após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no acordo, pelo valor de R\$ 115.060. O início de construção dos parques se deu em 2021, com previsão de início em operação em 2022.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O saldo de instrumentos financeiros derivativos da Companhia totalizou R\$ 104 milhões de saldo passivo em dezembro de 2020, uma variação de R\$ 144 milhões quando comparado a 2019 (Reversão do saldo ativo e reconhecimento de saldo passivo), pois a CESP possui contratos de venda de energia indexados ao dólar, com a finalidade de mitigar a exposição cambial proveniente destes contratos, onde a controlada implementou uma estratégia de hedge utilizando o instrumento financeiro de Non-Deliverable Forward ("NDFs") e contabilizados como hedge accounting. A estratégia teve o objetivo de proteger aproximadamente 95% da exposição cambial no período. A variação observada acompanhou a taxa de câmbio do dólar, em conjunto com a liquidação dos contratos no exercício.

PROVISÃO DE RESSARCIMENTO

O saldo de provisão de ressarcimento totalizou R\$ 141 milhões em dezembro de 2020, um aumento de R\$ 92 milhões em comparação ao ano de 2019, tal crescimento é resultado do incidente ocorrido com o transformador de força do complexo eólico Araripe III (Ventos de Santo Estevão), o qual resultou na paralização do complexo e acabou gerando um registro de ressarcimento passivo para companhia liquidar.

OUTROS PASSIVOS

O saldo de outros passivos totalizou R\$ 72 milhões em dezembro de 2020, uma redução de R\$ 70 milhões em comparação ao ano de 2019, tal redução ocorreu principalmente aos pagamentos de acordos judiciais da CESP ao longo de 2020.

BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

O saldo de benefício pós-emprego totalizou R\$ 2,4 bilhões em dezembro de 2020, um aumento de R\$ 1,5 bilhão em comparação ao ano de 2019, tal aumento se deve ao reconhecimento pela CESP do cálculo emitido por atuário independente influenciado, principalmente, ao crescimento dos benefícios maior que o esperado devido a premissa de inflação, parcialmente compensado pelo ganho acima do esperado dos ativos do plano.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

A receita operacional da Companhia decorre principalmente da venda de energia elétrica em contratos de longo prazo com diversas empresas distribuidoras de energia do país (ambiente de contratação regulada – leilões) e de fornecimento de energia a clientes consumidores livres e comercializadoras (ambiente de contratação livre), com oscilações nas quantidades físicas (MWh) e atualização de preços.

Em 2019, iniciou a consolidação dos números da controlada CESP, devido a combinação de negócios ocorrida ao final de 2018.

Em 2020, iniciou as operações da CESP Comercializadora e ingressou no mercado de trading de energia, dentro de limites de risco pré-estabelecidos.

O faturamento da Companhia, em 2020, foi de R\$ 2,6 bilhões, representando um aumento de 13% em relação ao faturamento de R\$ 2,3 bilhões em 2019, especialmente relacionado ao início das operações da CESP Comercializadora. Em 2021, o faturamento alcançou R\$ 2,9 bilhões, conforme quadro a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

em mil de R\$	Exercício social findo		
	2021	2020	2019
Receita operacional bruta			
Receita com energia			
Ambiente de contratação regulada			
Leilão de Energia Reserva (LER)	90.005	87.689	94.212
Leilão de Energia Nova (LEN)	392.574	367.280	356.759
Leilões de Energia - Distribuidores de energia	522.038	498.445	481.588
Energia de curto prazo	72.489	55.296	72.235
Provisão de ressarcimento	(192.724)	(91.598)	(35.712)
	884.382	917.112	969.082
Ambiente de contratação live			
Contratos bilaterais	1.677.580	1.601.669	1.241.568
Operações de trading	363.742	112.152	-
Partes relacionadas	109.172	68.215	60.929
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	13.011	18.066	8.193
	2.163.505	1.800.102	1.310.690
Subtotal de venda de energia	3.047.887	2.717.214	2.279.772
Instrumentos financeiros derivativos	(114.905)	(116.295)	685
Venda de carbono	17.028	-	-
Outras receitas	3.342	9.943	2.585
Subtotal outras receitas (deduções)	(94.535)	(106.352)	3.270
Total Receita Bruta	2.953.352	2.610.862	2.283.042

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os diretores entendem que os resultados das operações da Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foram significativamente afetados por diversos fatores, dentre eles:

- (i) condições e perspectivas econômicas no Brasil em geral;
- (ii) condições hidrológicas do Sistema Elétrico Nacional (SIN) e submercados em que as usinas da Companhia estão localizadas (submercado Sudeste/Centro-Oeste);

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- (iii) nível dos reservatórios e risco hidrológico;
- (iv) exposição ao mercado de energia de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD);
- (v) mudanças na regulação e legislação do setor elétrico; e
- (vi) resultados das disputas judiciais e outros.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita da Companhia é majoritariamente proveniente da geração de energia. Modificações de preço, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços à afetam da seguinte forma:

- modificação de preço: a variação do PLD pode afetar o resultado da Companhia positivamente quando sua geração é maior que sua energia assegurada, garantindo um superávit no período e possibilitando a venda dessa energia no mercado *spot* e negativamente, quando há déficit nessa relação e a Companhia precisa necessariamente comprar energia no curto prazo para suprir seus contratos de venda de energia;
- taxas de câmbio: A Companhia possui contratos de venda de energia indexados ao dólar que representam aproximadamente 30% de sua receita total.
- inflação: todos os contratos de venda de energia são corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("**IPCA**"). A receita da Companhia é beneficiada com o incremento desse índice, mas em contraparte, podemos perceber o aumento das despesas operacionais e despesas financeiras da Companhia nesse caso;

A receita operacional líquida da Companhia relativa ao período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$1,9 bilhões, representando um aumento de 22% em relação ao período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando a Companhia teve receita operacional líquida de R\$1,6 bilhões. Os diretores da Companhia entendem que este desempenho é reflexo dos pontos expostos no item 10.2.a.i deste Formulário de Referência.

A receita operacional líquida da Companhia relativa ao período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$1,6 bilhões, representando uma redução de 4% em relação ao período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando a Companhia teve receita operacional líquida de R\$1,6 bilhões. Os diretores da Companhia entendem que este desempenho é reflexo dos pontos expostos no item 10.2.a.i deste Formulário de Referência.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Os diretores da Companhia esclarecem que a situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de geração de energia e pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) utilizado para precificar a energia no mercado de curto prazo, e que refletem a oferta/demanda e situação hidrológica do país.

Conforme anteriormente mencionado, a situação financeira e o resultado das operações também são influenciados pelos encargos setoriais, homologados anualmente pela ANEEL.

A maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação. A Companhia ainda está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações contábeis

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que os segmentos operacionais da Companhia estão segregados da seguinte forma:

- Geração eólicas: composto pelos parques eólicos Ventos do Araripe III, Ventos do Piauí I e em construção Ventos do Piauí II e III com 284 MW médios de garantia física de energia.
- Geração hídrica e comercialização: composto pelas usinas hídricas administradas pela CESP (UHE Porto Primavera e UHE Paraibuna) com 935 MW médios de garantia física de energia, e pela CESP Comercializadora.
- Holding e outros projetos: composto empresas que possuem investimentos em outras sociedades e pelos novos projetos de aquisição de empresas.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em janeiro de 2020 iniciaram-se as atividades da CESP Comercializadora no mercado de comercialização de energia, uma iniciativa que busca promover uma gestão otimizada do balanço energético da CESP, dos riscos hidrológicos e de mercado, com aperfeiçoamento da estratégia comercial da controlada CESP.

Em julho de 2020, a Companhia, exerceu sua opção de compra dos complexos Ventos do Piauí II e III, para desenvolvimento de novos parques eólicos na região Nordeste do Brasil. O início de construção dos parques iniciou em 2021, com perspectiva de entrada em operação em 2022.

Cada um dos complexos será composto por cinco parques eólicos localizados na região na Serra do Inácio.

Em março de 2020, a Companhia, incorporou o acervo líquido contábil de sua subsidiária integral SF92, no montante correspondente ao seu patrimônio líquido levantado na data de 31 de janeiro de 2020.

A holding São Vicente concretizou em agosto de 2020, após o cumprimento de condições precedentes previstas no contrato de venda de ações firmado em maio de 2019, junto à empresa Citrosuco S/A Agroindústria, a alienação da participação nas investidas Ventos de São Adeodato Ventos de Santa Albertina.

Em agosto de 2020, foi firmado um acordo de acionistas, que previa entre outras questões (i) que os riscos e benefícios (acesso aos retornos) sobre os investimentos seriam assumidos integralmente pela São Vicente, e (ii) uma opção de compra dessas ações outorgada pela contraparte para São Vicente e uma opção de venda dessas ações outorgada pela São Vicente para a contraparte após o período de 5 anos, ou a qualquer tempo, mesmo antes do término do período de 5 (cinco) anos nas hipóteses indicadas no Acordo de Acionistas, pelo mesmo valor da alienação.

Como a holding São Vicente possuía no momento corrente acesso integral aos retornos dessas investidas, a proporção alocada aos seus investimentos foi determinada levando em consideração tal fato. Portanto, as demonstrações financeiras consolidadas contemplaram os saldos integrais dessas investidas, bem como o saldo remanescente a receber em razão da alienação das ações, e o saldo a pagar pela opção de compra futura.

No primeiro trimestre de 2021, a Companhia efetivou a constituição de mais 17 novas empresas localizadas nos estados do Ceará, Piauí e Pernambuco.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Estas controladas representam o fortalecimento da estratégia da Companhia de expansão nas atividades de geração de energia eólica e solar.

Em agosto de 2021 a Companhia transacionou com a CBA de 49% dos ativos de autoprodução de energia eólica Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santo Anselmo") e Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santo Isidoro"). Os parques integram os complexos eólicos VDP II e III e um passivo não circulante foi constituído devido a obrigatoriedade de a Companhia recomprar a participação após 10 anos de contrato.

No 2º semestre de 2021, a Companhia, adquiriu o projeto Iris para desenvolvimento de novos parques eólicos na região Nordeste do Brasil, em Serra de Ibiapaba no Ceará, que terá uma capacidade instalada mínima de geração de energia de 250 MW.

Em 09 de dezembro de 2021, a Companhia, adquiriu o projeto Jaíba V para desenvolvimento de novos parques solares na região de Minas Gerais, cujo início de construção está previsto para ocorrer até fevereiro de 2023, com entrada em operação comercial prevista para ocorrer até janeiro de 2024. O complexo será composto por 13 parques solares localizados na região de Serra de Ibiapaba e terá uma capacidade instalada de geração de energia de 516 MW (626 MWp).

(c) eventos ou operações não usuais

I. Repactuação do Risco Hidrológico GSF (Generation Scaling Factor)

A CESP, controlada da Companhia, vinha acompanhando o processo de regulamentação da Lei nº 14.052, publicada em 09 de setembro de 2020, a qual estabeleceu novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, prevendo a compensação das geradoras por meio de extensão de prazo de concessão de suas outorgas, em razão da ocorrência de riscos não hidrológicos que impactaram de forma negativa o GSF após 2012.

O envio de manifestação à ANEEL informando não haver interesse da CESP em dar continuidade ao pedido de prorrogação por 30 anos da outorga da UHE Paraibuna que, assim, se encerra com o fim da extensão definitiva por conta da compensação prevista na Lei nº 14.052/2020.

No primeiro trimestre de 2021, o Conselho de Administração da controlada CESP aprovou:

(i) a concordância com os termos propostos no Ofício nº 36/2021, para que seja celebrado termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 3/2004, para previsão da extensão provisória de 6 meses da outorga da UHE Paraibuna;

(ii) o envio de manifestação à ANEEL informando não haver interesse da Companhia em dar continuidade ao pedido de prorrogação por 30 anos da outorga da UHE Paraibuna que, assim, se encerra com o fim da extensão definitiva por conta da compensação prevista na Lei nº 14.052/2020;

(iii) adesão à repactuação do risco hidrológico para as usinas Paraibuna e Porto Primavera e consequente extensão de outorga, em razão da compensação prevista nos termos da Lei nº 14.052/2020.

Nos termos das Resoluções Homologatórias nº 2.919 de 03 de agosto de 2021 e nº 2.932 de 14 de setembro de 2021, a ANEEL homologou o prazo de extensão de outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, conforme cálculos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), entre as quais se incluem a UHE Paraibuna e a UHE Porto Primavera, respectivamente.

Usina	Valor	Impairment - provisão	Amortização acumulada	Intangível líquido	Prazo de extensão	Data fim da concessão
UHE Paraibuna	43.294	-	(18.554)	24.740	15 meses	3 de junho de 2022
UHE Porto Primavera	738.680	(299.452)	-	439.228	7 anos	13 de abril de 2056
Total	781.974	(299.452)	(18.554)	463.968		

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

A controlada CESP não é parte de ação judicial sobre o tema, não tendo quaisquer valores devidos relacionados a risco hidrológico, com exigibilidade suspensa no âmbito da liquidação financeira da CCEE, sendo que a opção pela repactuação não depende de desembolso de caixa ou de qualquer pagamento de prêmio pela Companhia.

Com a homologação dos prazos de extensão e adesão à repactuação do risco hidrológico, a CESP registrou o ativo intangível em contrapartida com a rubrica de Recuperação de custos na Demonstração do resultado, no valor total de R\$ 782 milhões, para o qual foi constituída provisão de impairment de parte do saldo, no valor de R\$ 299 milhões, conforme demonstrado no quadro acima. A vida útil do ativo de repactuação do risco hidrológico, bem como dos ativos que possuem vida útil de acordo com o prazo de concessão (Outorga, Uso do bem público, terrenos e outros) serão ajustados conforme os novos prazos de concessão de cada usina.

II. Restrições hidráulicas na UHE Porto Primavera

Considerando a permanência do cenário de crise hidrológica no país em 2021, e especialmente na bacia do Rio Paraná, onde se localiza a UHE Porto Primavera, causado pela precipitação significativamente abaixo da média nas principais bacias hidrográficas com usinas hidrelétricas integrantes do Sistema Interligado Nacional ("SIN"), com as piores sequências hidrológicas do histórico de vazões registrado em 91 anos, as autoridades governamentais têm determinado, desde o fim de 2020, medidas visando garantir a governabilidade hidráulica da bacia, inclusive por meio da redução das vazões mínimas praticadas.

Nesse contexto, e considerando o Alerta de Emergência Hídrica emitido pelo Sistema Nacional de Meteorologia ("SNM") e a Resolução da Agência Nacional das Águas ("ANA") que declarou a situação crítica de escassez dos recursos hídricos na bacia do Rio Paraná, que vigorou até 30 de novembro de 2021, bem como os estudos técnicos do Operador Nacional do Sistema ("ONS"), foi estabelecido conjunto de medidas urgentes de flexibilização de restrições hidráulicas o qual foi adotado, em caráter excepcional, como alternativa para enfrentamento da escassez hídrica e seus impactos diversos, dado o risco de comprometimento da geração de energia elétrica para atendimento ao SIN.

Entre essas medidas, foi determinada a flexibilização da vazão da UHE Porto Primavera, e conforme aprovado pelo IBAMA no Plano de Trabalho para Redução da Vazão Defluente na UHE Porto Primavera. No final de agosto de 2021, foram retomados valores considerados ambientalmente seguros, conforme aumentos comandados pelo ONS.

A CREG - Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética, criada pela MP 1.055/2021), em suas duas últimas reuniões realizadas em 2021, deliberou sobre medidas relacionadas à flexibilização de vazão defluente da UHE Porto Primavera em 2022.

A crise hídrica teve efeito relevante no desempenho financeiro da controlada CESP em 2021. Como todas as outras geradoras de energia hidrelétrica, a CESP foi penalizada pela queda na produção e com a piora do GSF como pode ser observado na Nota 26 – Custos e despesas.

III. Incidente ocorrido em subestação coletora da controlada em conjunto Companhia

Em 12 de fevereiro de 2021, um novo incidente na subestação coletora que interliga as empresas do complexo Ventos do Araripe III, formado por parques eólicos pertencentes a controlada em conjunto Companhia, provocou o desligamento do transformador de força (Trafo) remanescente dessa subestação. Este fato, causou a interrupção total do escoamento da geração de energia do complexo, visto que o outro transformador estava fora de operação em decorrência do sinistro ocorrido em junho de 2020. O parque retornou à operação comercial no dia 29 de abril de 2021, data final do conserto do transformador relativo à primeira ocorrência.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Com relação à segunda ocorrência, a Administração da Companhia acionou o fabricante do transformador e as principais empresas do setor para obtenção de parecer sobre a viabilidade de seu conserto ou necessidade de substituição, e, em razão de parecer favorável ao conserto, seguiu com o seu reparo, com prazo de conclusão contratado para dezembro de 2021.

A interrupção do escoamento da geração de energia do complexo deverá ser refletida na provisão para ressarcimento anual que as empresas apuram mensalmente em razão da efetiva geração de energia, com consequente redução na receita líquida das empresas, até que a situação seja normalizada. Esse impacto tende a ser minimizado em razão de apólice de seguro que as controladas possuem para os principais riscos associados aos ativos, incluindo danos aos transformadores, com cobertura para danos materiais e lucros cessantes.

Durante o segundo e terceiros trimestres de 2021, a Companhia discutiu junto à seguradora as premissas envolvidas no cálculo da indenização para os sinistros e enviou seu pleito para avaliação.

Em 28 de dezembro de 2021, foram registrados e recebidos os valores de R\$ 5,2 milhões através da controlada Ventos de Santo Augusto, e R\$ 46,2 milhões através da Auren referente à indenização da parcela dos lucros cessantes, sendo reconhecido na rubrica de outras receitas operacionais. Adicionalmente, o montante de R\$ 1,7 milhões relativo à parcela remanescente dos lucros cessantes foi recebido em fevereiro de 2022 pela Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor****(a) mudanças significativas nas práticas contábeis****1) Exercício social findo em 31 de dezembro de 2021**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a mudança destacada abaixo de prática e política contábil foi realizada pela CESP Comercializadora, controlada indireta da Companhia, quando comparada com o exercício de 2020:

(i) Cálculo de valor justo de contratos futuros de energia e apresentação dos saldos – CESP Comercializadora

A controlada indireta, CESP Comercializadora, revisou as premissas utilizadas no cálculo do valor justo de seus contratos futuros de energia e concluiu como apropriada a mensuração integral, a partir de junho de 2021, de toda a sua carteira de contratos anteriormente limitada ao horizonte de 36 meses, tomando como base (i) os preços contratuais estabelecidos nas operações de compra e venda e (ii) os preços de mercado para mensuração da sua exposição, ambos descontados a valor presente pela curva futura do cupom do IPCA do período.

Adicionalmente, a Companhia deixou de apresentar o efeito líquido dos contratos futuros de energia no balanço patrimonial, passando a apresentar os saldos de ativos e passivos de curto e longo prazos dos contratos futuros de energia, conforme as suas posições ativas ou passivas em cada contrato.

As demais premissas utilizadas no cálculo do valor justo desses contratos não sofreram modificações.

Além disso, as seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB/CPC foram emitidas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2021:

- (i)** Classificação de passivos entre circulante e não circulante: alterações ao IAS 1 / CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis";
- (ii)** Ganhos com a venda de estoques produzidos enquanto o ativo não está pronto para uso: alterações ao IAS 16 / CPC 27 "Ativo imobilizado";
- (iii)** Adoção inicial do IFRS em subsidiárias: alterações ao IFRS 1 / CPC 37 "Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade";
- (iv)** Custos de empréstimos no teste de desreconhecimento de passivos financeiros: alterações ao IFRS 9 / CPC 48 "Instrumentos financeiros";
- (v)** Incentivos em arrendamentos: alterações ao IFRS 16 / CPC 06 "Arrendamentos";
- (vi)** Custo no cumprimento de contratos onerosos: alterações ao IAS 37 / CPC 25 "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes";
- (vii)** Concessões relacionadas ao COVID-19: alterações ao IFRS 17 "Contratos de seguro";
- (viii)** Reforma das IBORs: alterações ao IFRS 9 / CPC 48 "Instrumentos financeiros", IAS 39 / CPC 38 "Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração, IFRS 7 / CPC 40 "Instrumentos financeiros: evidênciação", IFRS 4 / CPC 11 "Contratos de seguro" e IFRS 16 / CPC 06 "Arrendamentos".

2) Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 não houve mudanças nas práticas e políticas contábeis adotados pela Companhia quando comparadas com o exercício de 2019.

Entretanto, a Companhia adotou pela primeira vez os seguintes novos pronunciamentos emitidos pelo IASB/CPC:

- (i) Definição de material: alterações ao IAS 1 / CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis” e IAS 8 / CPC 23 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”;
- (ii) Definição de negócio: alterações ao IFRS 3 / CPC 15 “Combinação de Negócios”;
- (iii) Reforma da IBOR (Interbank Offered Rate): alterações ao IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 38 e IFRS 7 / CPC 40 “Instrumentos Financeiros”;
- (iv) Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros
- (v) Benefícios Relacionados à COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16 / CPC 06 (R2) “Arrendamentos”.

3) Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, as mudanças destacadas abaixo de práticas e políticas contábeis foram realizadas pela Companhia quando comparadas com o exercício de 2018:

(i) Ressarcimento anual e quadrienal

A partir de janeiro de 2019, nas controladas dos parques eólicos Ventos do Piauí I e Ventos de Araripe III os valores relativos aos ressarcimentos anuais e quadrienais que antes eram reconhecidos no resultado na rubrica "Custo com operação e serviços de energia" passaram a ser reconhecidos como redutores da receita, na rubrica "Receita líquida de venda de energia e dos serviços prestados". De acordo com o CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro esta alteração foi realizada de forma prospectiva.

(ii) Arrendamentos

Em razão da entrada em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2019, do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, a Companhia e suas controladas realizaram as análises para identificar os contratos de arrendamento existentes, bem como o enquadramento dos mesmos no conceito da norma, utilizando a abordagem retrospectiva modificada que não requer a reapresentação dos saldos comparativos, onde os ativos e passivos são registrados com mesmo valor no momento inicial, sem qualquer efeito no patrimônio líquido.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

1) Exercício social findo em 31 de dezembro de 2021

- (i) Cálculo de valor justo de contratos futuros de energia e apresentação dos saldos - CESP Comercializadora

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Essa mudança objetivou refletir a experiência adquirida pela Administração da CESP Comercializadora no processo de mensuração de valor justo de contratos futuros de energia e resultou em um impacto negativo de R\$ 200 mil na mensuração desses contratos, que foi reconhecido em junho de 2021 na rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”.

A adoção das alterações emitidas pelo IASB/CPC citadas no item (a) acima não impactaram as políticas e práticas contábeis adotados pela Companhia e suas controladas.

2) Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020

A adoção dos seguintes novos pronunciamentos emitidos pelo IASB/CPC mencionados no item (a) acima não impactou nas políticas e práticas contábeis adotados pela Companhia e suas controladas.

3) Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019**(i) Ressarcimento anual e quadrienal**

A mudança do reconhecimento dos valores relativos aos ressarcimentos anuais e quadrienais pelas controladas dos parques eólicos diretamente na rubrica “Receita líquida de venda de energia e dos serviços prestados” em lugar da rubrica “Custo com operação e serviços de energia” objetivou refletir de maneira mais assertiva na demonstração do resultado a sua efetiva fonte de receita, a qual está sujeita aos ajustes previstos nos contratos de venda de energia, bem como adequar a base de cálculo dos impostos incidentes sobre a receita e tornar a informação comparável com outras empresas do mesmo segmento operacional.

(ii) Arrendamentos

Em razão dessa adoção da nova norma, a Companhia e suas controladas reconheceram montante de R\$ 8.230 mil referente aos ativos de direito de uso e de passivos com contratos de arrendamento, cujos valores foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes dos arrendamentos, descontados com base na taxa de empréstimo incremental. A Companhia aplicou a taxa de juros incremental, equivalente ao custo médio das obrigações ativas em 1º de janeiro de 2019 (7,70% a.a.) para todos os arrendamentos.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os Diretores informam que o relatório dos auditores independentes emitido para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 não contém ressalvas ou ênfases e concordam com a opinião expressada nesse relatório.

Os Diretores informam que o relatório dos auditores independentes emitido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não contém ressalvas e contém uma ênfase relativa à reapresentação das demonstrações financeiras, onde chamam a atenção para a nota explicativa 2.6 que descreve a atualização e reemissão das demonstrações financeiras da Companhia em razão do pedido de registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para o processo de abertura de capital. Os Diretores concordam com a opinião expressada nesse relatório.

Os Diretores informam que o relatório dos auditores independentes emitido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não contém ressalvas e contém uma ênfase relativa à reapresentação das demonstrações financeiras, onde chamam a atenção para a nota explicativa 2.6 que descreve a atualização e reemissão das demonstrações financeiras da Companhia

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

em razão do pedido de registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para o processo de abertura de capital. Os Diretores concordam com a opinião expressada nesse relatório.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

Os diretores da Companhia consideram uma política contábil crítica quando esta exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e defina premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros. Cabe destacar que as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As premissas utilizadas nas estimativas contábeis da Companhia, são revistas continuamente e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas, de forma prospectiva.

Os diretores da Companhia destacam a seguir as seguintes políticas críticas que possuem informações sobre julgamentos e premissas e que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material:

(a) Contas a receber de clientes

A metodologia de cálculo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é baseada na experiência de perda de crédito histórica, ajustadas com base em dados observáveis recentes para refletir os efeitos e condições atuais e futuras, quando aplicável.

(b) Contratos futuros de energia

O valor justo desses instrumentos financeiros é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda; (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade.

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos registrados de créditos diferidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social diferidos e diferenças temporárias são suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração para o período das concessões (no caso da controlada CESP), as quais são revisadas anualmente, que demonstram, de forma consistente, a realização dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. As projeções com prazo limite de cada concessão adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia, contratos de fornecimento de energia a consumidores livres, a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros.

(d) Intangível (incluindo ágio) e Imobilizado

A Administração prepara anualmente estudos internos para avaliar a capacidade de recuperação do valor contábil do ativo imobilizado dos parques geradores da Companhia em suas operações futuras (incluindo nesse caso a geração hidrelétrica pela controlada CESP e eólica pelas empresas dos complexos Ventos do Piauí I e Ventos de Araripe III), considerando o fluxo de caixa futuro das operações e do valor da indenização ao final da concessão, quando aplicável.

O valor recuperável dos ativos imobilizados foi determinado utilizando o conceito de valor em uso, que representa uma avaliação econômica por meio do método de fluxo de caixa descontado onde foram estimadas as receitas e despesas

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

futuras decorrentes do uso dos ativos imobilizados durante sua vida útil e até o fim das concessões ou outorgas para fins de exploração. Este fluxo de caixa foi realizado no nível de cada usina (UGC), entendido pela Administração como o menor grupo identificável de ativos que geram entradas e saídas de caixa.

(e) Benefícios pós-emprego

Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano de Benefício Definido detido pela controlada CESP (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33 (R) / IAS 19 – Benefícios a Empregados. O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido o valor justo dos ativos do plano.

(f) Provisão para litígios

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais e em análises realizadas internamente, constituiu provisões para aquelas demandas cuja probabilidade de perda é estimada como provável. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos internos e externos. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, refletindo as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

(g) Obrigações socioambientais

Para esses custos é elaborada a melhor estimativa para os desembolsos futuros, trazida a valor presente e registrada em contrapartida do ativo imobilizado.

(h) Provisão para desmobilização de ativos

A mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões. Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia e suas controladas.

(i) Provisão de ressarcimento

O saldo dessa provisão reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica "Receita

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

bruta de venda de energia". A administração da Companhia e suas controladas entendem que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa por envolver julgamento e interpretação dos parâmetros dos contratos vigentes, os quais se distinguem entre contratos do LEN (Leilão de Energia Nova) e LER (Leilão de Energia de Reserva).

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis**

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os ativos dos complexos eólicos de Ventos do Piauí I e Ventos de Araripe III estão localizadas em diversos municípios dos Estados do Ceará, Piauí e Pernambuco, em propriedades arrendadas, com diferentes contrapartes e prazos de vigência de 49 anos em média, que variam de acordo com os períodos das outorgas de cada complexo.

Os contratos de arrendamento (cessão de uso das terras) detidos pelas controladas indiretas da Companhia que compõem cada complexo não estabelecem uma obrigação contratual anual definida às respectivas contrapartes, ou seja, a cláusula que trata da remuneração desses contratos traz um componente de pagamento variável, que está sujeito à performance dos complexos, medida pela efetiva geração de energia elétrica dos complexos no ano anterior.

Vale destacar que tais contratos não se enquadram como um arrendamento operacional segundo o CPC 06 – Arrendamentos, mas sim como um arrendamento financeiro; porém, essa característica de pagamento variável com base na performance dos complexos não permite que a Companhia e suas controladas indiretas determinem o total da obrigação assumida pelo uso dos ativos, de tal modo que as empresas não reconheceram os valores correspondentes aos direitos de uso das terras em contrapartida às obrigações de desembolso, seguindo os conceitos trazidos pela norma que trata do tema.

Além desses contratos citados acima, as empresas dos complexos eólicos de Ventos de Piauí II e III e a controlada Sol do Piauí (Projeto Híbrido) também possuem contratos de arrendamento (cessão de direito de uso das terras) correspondente às áreas onde os projetos serão construídos, com de vigência de 49 anos em média, com pagamentos anuais até o início das operações dos complexos, cujos valores não são significativos.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

iv. contratos de construção não terminada

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Os Diretores esclarecem que possuem contratos firmados com empresas para o fornecimento de materiais e, principalmente, os aerogeradores, para a construção dos complexos eólicos de Ventos do Piauí II e III, cujo investimento total está orçado em cerca de R\$ 2 bilhões, com expectativa para o início das operações das primeiras empresas para meados de 2022.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimento futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, além dos mencionados nos itens anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Itens não evidenciados nas demonstrações contábeis****a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Em relação aos contratos de arrendamento indicados no item 10.6 (i), os Diretores esclarecem que, uma vez que os valores devidos pelas controladas indiretas da Companhia são variáveis em razão da efetiva geração de energia dos complexos eólicos (limitados à capacidade dos parques), os impactos sobre os custos podem ser alterados de um período para o outro em razão dessa característica, bem como os fluxos de caixa das empresas.

Esse mecanismo dos contratos serve também como uma proteção à operação das empresas, uma vez que, em caso de perda de receita pela redução da geração de energia nos complexos, haverá uma redução nos custos com arrendamento.

b. natureza e o propósito da operação

Os contratos de arrendamento indicados no item 10.6 (i), referem-se ao arrendamento das áreas (terras) onde os complexos eólicos estão garantindo com isso a operação sem a necessidade de investimento de capital pela Companhia e suas subsidiárias em aquisição dessas áreas.

Além disso, os arrendamentos também possuem uma função social na região onde os complexos operam, já que, em alguns casos, os municípios são carentes e essa passa a ser a única fonte de renda dos proprietários das áreas.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Conforme comentado no item 10.6 (i), a característica de pagamento variável nos contratos de arrendamento detidos pelas controladas indiretas da Companhia impossibilita a determinação do total de compromisso de desembolso pelas empresas, já que os valores a serem efetivamente desembolsados até o final da vigência dos contratos deverá ser apurado anualmente, após a medição da efetiva energia gerada nos parques eólicos no ano anterior, razão pela qual, inclusive, não houve o reconhecimento contábil dos ativos de direito de uso das terras, em contrapartida às obrigações assumidas.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2020, a Companhia deu um passo significativo rumo à intensificação da geração de energia renovável no Brasil, com o anúncio do investimento de aproximadamente R\$ 2 bilhões na implantação de dois novos complexos eólicos na região Nordeste – Ventos do Piauí II e III (“VDP II e III”).

Esses projetos irão compor o maior cluster de geração eólica do País, responsável por 5% da base brasileira de geração eólica e 36% da base de geração eólica no Piauí, e contarão com cerca de 100 aerogeradores, que juntos terão a uma capacidade instalada de 409,2 MW, 193 MWm de energia assegurada, sendo que 67% da energia está comprometida e será vendida no ACL até 2032, e o restante a ser negociado com outros clientes no mercado livre.

O início da construção dos complexos se deu em março de 2021 e os ativos devem iniciar suas operações em meados de 2022. Os novos parques, assim como o complexo eólico Ventos do Piauí I, já foram projetados contemplando uma possível expansão com geração de energia solar.

Em maio de 2021 a Companhia obteve junto à ANEEL a aprovação do primeiro projeto de geração híbrida solar-eólica do País (“Projeto Híbrido”). Trata-se de um projeto piloto que combinará a geração híbrida de energias solar e eólica. A aprovação simboliza um marco na inovação e transformação do setor de energia no Brasil.

O projeto piloto funcionará no modelo de parque associado, onde a estrutura da nova usina solar com capacidade inicial para gerar 68 MWp (medida de potência energética, normalmente associada com células fotovoltaicas), 21 MWm de energia assegurada e será instalada em um terreno ao lado do já existente do complexo eólico de Ventos do Piauí I, com uma subestação de transmissão compartilhada. O projeto está em fase final de estudos técnicos para início das contratações de obras, com início da operação comercial estimada para 2023.

A estratégia é que no futuro, a Companhia consiga hibridizar todos os complexos eólicos, com o desenvolvimento de novos projetos.

Em 09 de dezembro de 2021, mediante a observância das condições precedentes aplicáveis, incluindo a aprovação do CADE, a Companhia concluiu aquisição do complexo solar Jaíba, o qual encontra-se em fase de desenvolvimento, e é composto por 13 parques solares.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores entendem que a Companhia dispõe de recursos próprios, oriundos da capacidade e geração de caixa da Companhia, podendo ainda originar da obtenção de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras e emissões públicas e restritas de valores mobiliários.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Por meio da Medida Provisória nº 579/12, posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, foi permitido que a União, na qualidade de poder concedente, prorrogasse concessões de geração de energia elétrica. Nesse contexto

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

normativo, especificamente em relação às atividades da Controlada CESP, a União ofereceu a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das UHEs de Ilha Solteira e Jupiá, vencíveis em 7 de julho de 2015. O mesmo tratamento foi estendido à concessão da UHE Três Irmãos, cujo vencimento do primeiro período de concessão já havia ocorrido em novembro de 2011.

Em razão das condições estabelecidas pelo poder concedente, a Controlada CESP deliberou, na forma de seu estatuto social, pela não renovação das referidas concessões. Dessa forma, a Controlada CESP continuou a operar as Usinas de Ilha Solteira e Jupiá, até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Em relação à UHE Três Irmãos, a continuidade de sua operação ocorreu conforme normatização do Poder Concedente.

Em consequência da manifestação de intenção do Estado de São Paulo pleitear junto à União a exploração da UHE Jaguari, a Controlada CESP formalizou junto à União (MME/ANEEL) seu não interesse na renovação da concessão da UHE Jaguari, sendo que a Controlada CESP manteve suas responsabilidades de concessionária até o término da vigência do Contrato de Concessão nº 003/2004, em 20 de maio de 2020. A Controlada CESP, a partir de então, passou a operar temporariamente a UHE Jaguari no regime de cotas de garantia física, mantendo tal condição entre 21 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2020. Em razão da publicação da Portaria/MME nº 449, de 13 de novembro de 2020, Furnas Centrais

Elétricas S/A passou a ser a nova empresa responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica da UHE Jaguari, a partir de 01 de janeiro de 2021.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há operações de aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que já tenham sido divulgadas e que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 - Outros fatores com influência relevante**

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia que não tenham sido comentados nos demais itens desta seção “10”. Todas as informações relevantes estão descritas nesta seção.

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.